

MERCADOS: da abstração à desigualdade social



Luiz Gonzaga de Sousa

Para citar este libro puede utilizar el siguiente formato:

Gonzaga de Sousa, L. (2006) *MERCADOS: Da abstração à desigualdade social*. Edición electrónica. Texto completo en www.eumed.net/libros/2006a/lgs-merc/

Envíe sus comentarios al libro directamente al autor: gonzaga@ch.ufcg.edu.br

editado por
eumed.net

MERCADOS:

Da abstração à desigualdade social.

LUIZ GONZAGA DE SOUSA

Campina Grande, 15 de Fevereiro de 2004.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar que os estudos abstratos têm sua importância quanto a uma explicação à desigualdade sócio-econômica cotidiana em que se vive dentro do ponto de vista da evolução dos mercados. A metodologia utilizada é a de que os modelos teóricos são explicações como justificativas às desigualdades reais que serão analisadas a partir de levantamento bibliográfico para discutir a tese que aqui está sendo propalada, isto é, os paradigmas abstratos têm sua importância para explicação das desigualdades econômicas e sociais decorrentes da atuação do mercado. Diante disso, sabe-se que o mundo real necessita de uma investigação mais profunda para que se possa entender o comportamento dos mercados, e/ou como os atores sociais criam suas estratégias de atuação em um mundo desigual e injusto pelas diferenças entre as pessoas. Portanto, busca-se trabalhar os mercados teóricos (abstratos), e verificar a relação existente entre os modelos teóricos clássicos frente aos que estão atuando na realidade com relação à estratificação mercadológica.

ABSTRACT

The objective of this work is to show inside that the abstract studies have its importance how much to an explanation of the daily partner-economic inequality where it lives, of the point of view of the evolution of the markets. The used methodology is of that here the explanation of the theoretical models for justification of the real inequalities will be executed from bibliographical survey to demonstrate the thesis that is being divulged, that is, the abstract paradigms have its importance for explanation of decurrent the economic and social inequalities of the performance of the market. Ahead hand, knows that the real world needs a deeper inquiry so that if can understand the behavior of the markets, and/or as the social actors they create its strategies of performance in a different and unjust world for the difference between the people. Therefore, one searches to work the theoretical markets (abstract), and to verify the existing relation between the classic theoretical models, and as they are acting in the reality with relation to the marketing stratification.

APRESENTAÇÃO

O sistema mercadológico procura demonstrar os diversos tipos de mercados, sua história, e seus efeitos para a sociedade. Os mercados sofisticados foram se concretizando devido às experiências, as relações sociais que estruturadas, conhece-se como teoria, cuja finalidade dessa teoria é tentar explicar o comportamento dos mercados em uma determinada realidade no tempo. Os mercados sobre as formas de compra e venda tentam orientar os pesquisadores dos diversos pensamentos econômicos, a uma maneira melhor de explicar a complexa realidade atual dos negócios.

O problema da distribuição no mercado envolve uma complexidade muito grande que fica difícil uma maior aproximação da forma ideal com o mundo efetiva, por dois motivos: primeiro a teoria não pode ser planejada e aplicada com uma probabilidade de cem por cento para ser real; e, segundo, à medida que essa teoria passa a ser real, ela deixa de ser teoria, passa agora a ser lei. Uma teoria que apresente uma probabilidade muito alta de certeza é a competição perfeita, portanto uma abstração.

Hoje, século XXI, vive-se em um mercado estritamente imperfeito. A luta pelo dinheiro de um consumidor é muito grande, onde os vendedores procuram a todo custo aliciar os compradores, com os mais diversos tipos de promoção aparente, deixando o consumidor atordoado pela sofisticação visual, pela falta nas prateleiras, e acima de tudo pela propaganda de televisão que deixa o consumidor enfeitiçado frente ao produto ao produto. A concorrência desleal é grande, ao deixar o consumidor cego de informações sobre os outros produtos, sem dúvida, sendo lubrificado.

A imperfeição dos mercados decorre muito mais da falta de intervenção mais ativa do Estado neste processo de compra e venda, do que da própria organização dos consumidores neste ambiente. O Estado pode atuar nestes excessos de fortes ganhos de escala que estão sendo gerados, ao contribuem grandemente para a concentração de poder oligopolístico. Todavia, vê-se hoje que o Estado é quem mais subsidia a infra-estrutura para os grandes conglomerados, ao conceder-lhes grandes facilidades em suas aplicações, e execuções dentro do mercado.

O coração do mundo econômico atual está eivado de imperfeição, de desorganização. As armas da imperfeição são as mais traiçoeiras possíveis, porque são utilizadas: a espionagem, as corrupções, e os diversos meios que consigam dominar o consumidor, e daí assumir todo tipo de exploração. Não se pode deixar que essa escravidão perdure, sobre pena de que se terá logo, logo, uma convulsão social das piores que já se viu na humanidade. Deve-se lutar pela justiça em todos os níveis, no trabalho, entre os patrões, em casa, na economia, acima de tudo na política, para que não estore uma terceira guerra mundial, em decorrência da anarquia mercadológica que existe.

Neste sentido, este trabalho objetiva mostrar as diversas teorias sobre os mercados desde a competição perfeita ao monopólio puro, competição monopolista e oligopólio, isto é passar da abstração à realidade mercadológica. Neste argumento, busca-se dotar o leitor do mínimo necessário para uma compreensão do sistema distributivo no mercado, e como se comporta a filosofia dos negócios. Com isto, tenta-se ser o mais didático possível na demonstração dos princípios da teoria econômica quanto aos diversos tipos de mercados vigentes.

Em termos metodológicos, utilizar-se-ão trabalhos compreensíveis para a confecção de seu corpo intelectual. Investigar-se-ão de maneira intensiva, além de livros, *papers*, e monografias, no intuito de levar até o leitor o melhor, e mais prático ensinamento de economia, assim como a qualquer interessado em conhecer a teoria econômica que fale sobre este assunto. Enfim, procurar-se-á discutir ao máximo possível este tema, para não deixar margem à dúvidas aos pontos aqui apresentados,

porém a preocupação do autor é que o leitor não seja enganado com doutrinamentos, mas tenha uma visão real do mundo imperfeito que se está vivendo.

Portanto, as formas como a estrutura mercadológica está sendo dinamizada na atualidade, não parecem deixar claro para os atores sociais, a sinergia de compra e venda existente, e a forma de como compreender a melhor relação com os ganhos de escala para todos, daí as grandes distorções que a economia presencia no mundo capitalista, que são denominadas de desigualdades sociais, ou injustiças, devido a alguns acumularem muito mais do que outros, e as pessoas não entenderem tal fato no mundo moderno.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
ESTRUTURA DE MERCADO.....	10
CLASSIFICAÇÃO DOS MERCADOS	11
CAPÍTULO I: DA ABSTRAÇÃO	13
A CONCORRÊNCIA PERFEITA	13
O PERÍODO DE MERCADO:	14
A FIRMA NO CURTO-PRAZO:	15
A INDÚSTRIA NO CURTO PRAZO:	16
EQUILÍBRIO DE CURTO-PRAZO NA INDUSTRIAL:	17
O LONGO PRAZO E A MAXIMIZAÇÃO DE LUCROS:	19
EQUILÍBRIO DE LONGO-PRAZO NA INDÚSTRIA:	20
INDÚSTRIA COM CUSTOS CONSTANTES:	21
INDÚSTRIA COM CUSTOS CRESCENTES:	22
INDÚSTRIA COM CUSTOS DECRESCENTES:	24
MONOPÓLIO PURO.....	25
DEMANDA DO MONOPOLISTA:	26
A OFERTA EM MONOPÓLIO:	26
EQUILÍBRIO NO CURTO-PRAZO:	27
EQUILÍBRIO DE LONGO-PRAZO NA INDÚSTRIA:	28
MONOPÓLIO BILATERAL:	30
DISCRIMINAÇÃO DE PREÇOS:	32
CAPÍTULO II: À DESIGUALDADE SOCIAL	35
CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA.....	35
DIFERENCIAÇÃO DO PRODUTO:	38
A INDÚSTRIA MONOPOLISTA:	40
EQUILÍBRIO NO CURTO-PRAZO:	40
EQUILÍBRIO DE LONGO-PRAZO:	41
LONGO-PRAZO E CONCORRÊNCIA-PREÇO:	42
LONGO-PRAZO E GUERRA DE PREÇOS:	43
PRODUÇÃO IDEAL E EXCESSO DE CAPACIDADE:	44
OLIGOPÓLIO	46
OLIGOPÓLIO VERSÃO CLÁSSICA:	48
OS CONGLOMERADOS:	49
ATUAÇÃO DE CARTEL VERSUS TRUSTE:	52
DOMINAÇÃO DO CARTEL:	53
O PREÇO EM OLIGOPÓLIO:	53
BEM-ESTAR NO OLIGOPÓLIO:	54
AS DESIGUALDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS:	55
REGULAÇÃO DO OLIGOPÓLIO:	57
CAPÍTULO III: A INTERVENÇÃO	59
A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO.....	59
ESTADO LIBERAL:	61
ESTADO DITATORIAL:	63
ESTADO MISTO:	64
ESTADO VERSUS MERCADO:	65
O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS:	67
CONCLUSÕES.....	69
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	72

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como **objetivo fundamental investigar os mercados pelo prisma de um levantamento bibliográfico, enfocando desde sua abstração (teoria) às desigualdades sócio-econômicas hodiernas**, para tentar compreender o por que da competição perfeita como ponto de partida para o oligopólio que é o mais comum na modernidade, cujos consumidores podem, ou não têm acesso à produção que deságua no mercado para interação entre compradores e vendedores.

A hipótese que fundamenta este trabalho é a de que **as transformações na estrutura de mercado, ao longo dos tempos, têm fomentado as desigualdades econômicas e sociais no mundo devido o aparecimento dos oligopólios**, ao fomentar a formação de imperfeições nos mercados, como barreiras à competição entre os atores sociais estratificados de uma economia.

Ao analisar os problemas na perspectiva de mercado, quanto aos desejos e pretensões individuais, verifica-se uma série de indagações que a teoria tenta indicar uma solução. As questões giram em torno de: será que a competição perfeita existiu algum tempo? Como, com os oligopólios, surgiram as desigualdades sociais e econômicas nas comunidades? Quais são as desvantagens que o mercado imperfeito traz para os países, especificamente os subdesenvolvidos? E, quais as patologias sociais mais comuns que a sociedade moderna enfrenta, em decorrência da oligopolização da economia mundial? Enfim, são essas e outras inquietações que deverão ser respondidas neste trabalho.

Contudo, dado que se conhece tudo hipoteticamente sobre o consumidor, quanto ao seu desejo, as suas necessidades, à negociação entre os bens, que ele demanda, então o produtor procura produzir para atender a procura existente, para sua própria sobrevivência; para tal, também implantam-se suas restrições e objetivos

a perseguir, dentro do princípio de eficiência e objetividade em uma estrutura liberal, com *laissez faire* e hedonismo praticante.

Entrementes, em primeiro lugar, o industrial, e/ou comerciante possui como meta uma produção maximizada dependendo da escassa disponibilidade de recursos existentes; e, segundo, esse mesmo ator social pretende, acima de tudo, tornar máximos os seus ganhos (lucros) a todo custo. Frente a isso, o responsável pelo setor produtivo, planeja sua empresa, de tal maneira a concretizarem-se suas pretensões.

Assim, depois de conhecidos os problemas do consumidor, o produtor tenta resolver aqueles que lhe compete, ao alocar eficientemente seus recursos, para levar a esse consumidor aquilo que vai resolver as suas pendências de satisfação e necessidade, proporcionando-lhe uma utilidade máxima projetada. A procura do consumidor, e a oferta do produtor se entrecruzam a fim de que todos estejam satisfeitos; pois, essa sinergia se dá em um mercado em processo de intercâmbio de produtos, ou serviços quaisquer.

Todavia, o termo mercado vem tomando um sentido diferente do tradicional, pois a definição mais antiga deste termo está colocada de acordo com a visão clássica do século XVIII. Nos tempos do mercantilismo, dos fisiocratas, o mercado nada mais era do que uma feira livre, porém isto significa dizer *um ponto de encontro entre consumidor e produtor**, isto é, o intercepto entre ofertantes e procuradores em negociação. O encontro entre os produtores e os ofertadores estipula o preço a ser cobrado, e as quantidades a serem vendidas no mercado, mesmo que exista uma contabilidade de tal determinação.

Contudo, o mercado possui hoje em dia um sentido mais amplo, e diferente dos tempos de QUESNAY (1758), de SMITH (1776), de RICARDO (1817), de MARX (1867), e de muitos outros clássicos da economia tradicional, visto que a evolução dos tempos modificou as relações sociais, proporcionando um conceito distinto da visão tradicional de percepção do termo mercado por qualquer tipo de produto.

A definição mais geral que hoje se aceita estende o conceito do passado, colocando a realidade de uma época, isto quer mostrar as grandes descobertas do século atual, e a evolução intelectual dos novos tempos; neste sentido, mercado é definido hoje em dia como um *contexto no qual ocorrem trocas voluntárias entre compradores e vendedores*¹ sem ser necessário o contato direto entre as pessoas, por conta da telecomunicação (telefone, Internet, fax, e alguns outros instrumentos de comunicação) e outros instrumentos cabíveis.

Portanto, o mercado de bens é onde se interagem o consumidor e o produtor, para a satisfação das necessidades diretas e indiretas por alimentação ou outras precisões, porque é daí que se conhece a posição de produção para consumo final e intermediário, ou o equilíbrio geral de todo o sistema econômico e social, onde existem as situações máximas de ambos, com determinação de preços relativos, de quantidade de fatores de produção, para se chegar ao bem-estar de uma comunidade, como um todo.

Finalmente, este trabalho tentar **provar que as desigualdades sócio-econômicas de qualquer país decorrem da forma como funcionam as relações econômicas e sociais no mercado, impulsionadas pela ganância, orgulho, vaidade e outras questões psico-sociais, não reguladas pelo Estado**, de tal maneira que essas patologias societais fragmentam o sentido de mercado liberal a uma acumulação tendenciosa. Daí a pergunta: como os mercados justificam os desajustes econômicos e sociais da modernidade globalizada?

Assim, serão tratados aqui os mercados em competição perfeita e os mercados em competição imperfeita, este subdividido em monopólios, competição monopolista e oligopólio, bem como a participação do Estado como órgão regulador das relações econômicas e sociais dentro de mercado, para explicação do funcionamento de um mercado abstrato, nos momentos de desigualdades sociais e econômicas, existentes dentro de uma sociedade moderna, e sem perspectivas de reversão.

ESTRUTURA DE MERCADO

Ao longo dos tempos os mercados assumiram caracterizações diferentes, pois, aqui, tenta-se provar que as desigualdades sócio-econômicas de qualquer país originam-se da forma como funcionam as relações econômicas e sociais no mercado, impulsionadas pela ganância, orgulho, vaidade, e outras questões psico-sociais, não reguladas pelo Estado, de tal maneira que essas patologias sociais deturpam o sentido de mercado liberal, ou neo-liberal dos tempos modernos.

Todavia, o contexto em que consumidores e produtores se encontram para intercambiarem produtos, determina o preço e a quantidade de um certo produto, assim como em outros mercados, cuja integração é inevitável, e seu funcionamento está montado em uma estrutura de mercadologia ideal, ou como se pode dizer abstrata (MILLER: 1981; p. 237).

Este tipo de mercado está fundamentado em uma estrutura perfeitamente competitiva, que significa uma referência à natureza e extensão no comportamento dos elementos participativos, na busca de satisfação das necessidades humanas, quais sejam dos consumidores, e/ou produtores, que estão presentes em alguma sinergia especial de mercado (BILAS: 1975; pp. 197-198).

Esta situação é bastante delicada porque, ao longo da história, a análise mercadológica encontra-se em uma posição crítica, devido a análise tradicional da microeconomia da concorrência perfeita ser um caso ideal organizado pelos filósofos do século XVIII, conhecido como economia liberal (GOMES: 1977; p. 23-25).

Por outro lado, o processo de acumulação de capital fez surgir a competição imperfeita, e uma conotação de mercado que são os oligopólios, e a competição monopolística. Daí existir a grande questão de como se saber em que tipo de

mercado se encontra determinado produto, ou grupo de produtos disponíveis ao consumo humano, ou social (MANSFIELD: 1978; p. 279).

Classificação dos mercados

A rede dos mercados compreende várias situações em que se encontra um determinado produto, ou um grupo de bens disponíveis para a população. O produto pode estar só no mercado; pode sofrer influência de outros produtos em suas negociações, pode participar de um conjunto muito vasto de produtos dispostos à venda; e, pode estar no mercado com poucos produtos participando efetivamente do processo de troca, competindo bravamente com os pequenos, ou com os que tentarem interagir no processo mercadológico (TISDEL: 1978; pp. 82-85).

A classificação efetiva da estrutura de mercado pode ser vista por quatro óticas principais: a) concorrência perfeita; e, b) monopólio puro, como mercados abstratos; c) concorrência monopolística; e, d) oligopólio, como mercados reais ou efetivos, devido serem os que funcionam na realidade do sistema (HENDERSON & QUANDT: 1976; p. 102).

Para um mercado abstrato, a concorrência perfeita está fundamentada sobre quatro hipóteses de grande significado, quais sejam: a) existem muitas empresas vendendo determinado produto, isto quer dizer que cada firma controla pequena parte do produto total, causando pouco ou nenhum efeito sobre os preços do mercado; b) os produtos são homogêneos, valendo salientar que todas as empresas que devem ser conhecidas pelos compradores dos produtos que são iguais em todos os sentidos; c) existe livre entrada e saída das empresas, das mercadorias, dos serviços no mercado, cujos consumidores podem comprar onde quiser, sem qualquer interferência do Estado; e, d) há pleno conhecimento no mercado, entre todos os atores sociais (SIMONSEN: 1969; pp. 3-4).

Já para o monopólio puro, a hipótese funcional é a de que há uma estrutura onde existe um só vendedor, não há substituto próximo, não há concorrência direta, e o vendedor é o dono absoluto do mercado (LEFTWICH: 1974; p. 210).

O monopólio puro, apesar de não existir concorrente direto, existe o indireto e o potencial, onde no primeiro caso, existem bens substitutos imperfeitos, e a luta pelo cruzeiro do consumidor, e no segundo caso, são as empresas capacitadas a concorrer com um monopolista que não jogou todo seu potencial de ação no mercado, caso se possa participar neste mercado (FERGUSON: 1974; pp. 313-314).

Entre os mercados reais, ou efetivos, observa-se a presença da concorrência monopolista que está caracterizada pela diferenciação do produto, procurando a qualquer custo mostrar que o seu produto é melhor do que o do seu concorrente, isto processado na marca, na composição de manufatura, na patente, na embalagem, e em muitas outras formas de diferenciar um produto do outro.

Este tipo de mercado surgiu da união da concorrência perfeita com o monopólio puro, sendo mais próximo da concorrência perfeita, com a restrição da homogeneidade, pois ele só existe efetivamente no longo prazo.

Por fim, aparece a estrutura oligopolista onde uma indústria com pequeno número de grandes empresas produz um certo volume de produto. Nesta rede mercadológica, o que bem diferencia da concorrência monopolista é a quantidade de empresas atuando no mercado (HEILBRONER: 1973; pp. 150-151).

Uma estrutura oligopolista procura sacrificar o seu vizinho com propagandas e promoções frente às relações sociais para tirarem os concorrentes de seu caminho. Um outro fator que caracteriza um oligopólio, é o sistema de coalizão, ou cartel, que origina os famosos grupos internacionais de mercado (LABINI: 1980; pp. 89-91).

CAPÍTULO I: DA ABSTRAÇÃO

Ao se falar em abstração, coloca-se a questão de uma estrutura de estudo de mercado que está pautada em um relacionamento social que indica um comportamento bem ajustado, cuja sinergia entre oferta e procura determina o preço que deve ser cobrado pelos ofertantes, e a quantidade que os demandadores necessitam para a sua sobrevivência e deleite.

A abstração diz respeito a algo imaginado, bem organizado, devido a maioria de suas hipóteses ter condições de explicar uma certa realidade, porém com o perpassar dos tempos, e o aparecimento mais intensivo do progresso tecnológico, não ser mais possível se encontrar modelo desta estirpe de fácil aplicação no mundo moderno, por conta da “evolução” da humanidade.

A CONCORRÊNCIA PERFEITA

Para explicação da abstração de mercado, ou estudo de uma estrutura ideal, inicia-se com uma análise da concorrência perfeita como impessoal, pelo fato de existirem muitas firmas na indústria, e muitos consumidores atuando com seus efeitos indiretos uns frente aos outros.

As firmas produtoras, juntamente com os compradores, determinam no mercado o preço e a quantidade que devem ser seguidos por todas as firmas da indústria de forma natural pela simbiose entre todos participantes.

A estrutura de mercado perfeitamente competitiva seria uma estrutura ideal, em termos de desenvolvimento e bem-estar, porque a lógica dessa teoria diz respeito

a uma situação que conduz a um máximo de bem-estar para toda comunidade atuante no mercado.

O máximo bem-estar, que receberia o produtor decorreria dos ganhos do produto equivalente ao custo marginal, conseqüentemente com o mesmo valor do preço de mercado. Do mesmo modo ocorreria com o consumidor cujos ganhos adviriam das utilidades marginais iguais para todos indistintamente.

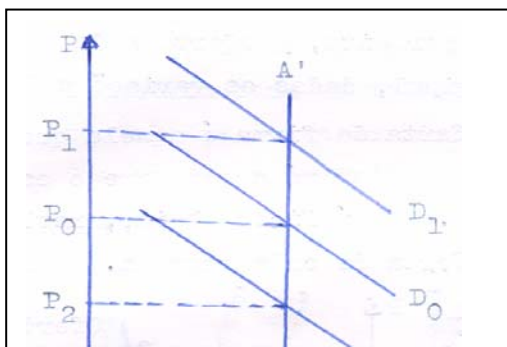
Situação onde não existe consumidor, nem produtor explorado individualmente. No curto prazo, apareceria o famoso lucro extra-normal que nada mais é do que, um lucro onde a receita média supera o custo médio, e isto forçaria a entrada de outras firmas a participarem no mercado, ao proporcionar uma queda no lucro extra-normal até o ponto onde a receita média seja igual ao custo médio, pois nestas condições, haveria apenas o lucro normal já com uma certa limitação à entrada de novos participantes.

O período de mercado:

Na competição perfeita existe o período de mercado, chamado também de curtíssimo prazo, é uma situação onde o espaço de comercialização é extremamente curto, e nada varia. Neste período de tempo a oferta é fixa, pois quem determina os preços são as variações de demanda no mercado.

Para ilustrar com exemplos, encontram-se facilmente os produtos agrícolas perecíveis, na hipótese clássica de não haver frigoríficos, ou outros instrumentos de armazenamentos, ou muitos outros produtos que tenham pouco tempo de espera nas feiras livres.

O gráfico ao lado mostra esta situação, onde a oferta é OA e a curva de oferta da indústria é AA! Sendo que os P_i representam os preços e D_i a demanda



pelo produto. A curva D_1 mostra a demanda 1, determinado o preço 1 e dado

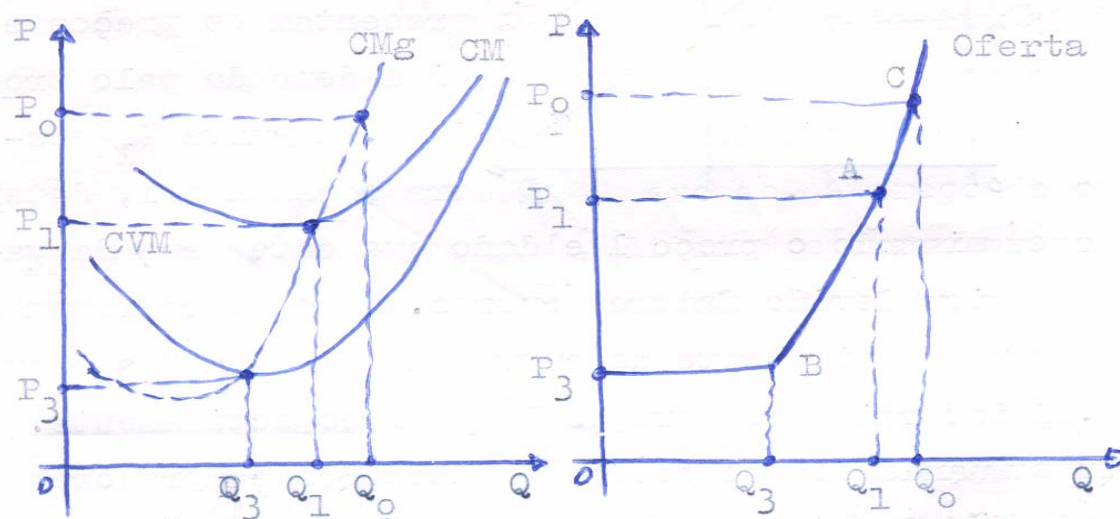
que esta demanda variou devido fatores outros. D_0 e D_2 representam respectivamente as curvas de demanda 2 e 0 que determinam os preços P_2 e P_0 respectivamente. Quando os preços estão altos, os compradores vão desejar menos do produto em questão, forçando os mesmos a baixarem, e quando estes estão baixos, os compradores vão desejar mais deste bem. Somente se determina o preço neste sistema de mercado, pois a quantidade é fixada pela oferta.

A firma no curto-prazo:

Em um tempo mais elástico do que o curtíssimo prazo existe o curto prazo, onde neste período de tempo, pelo menos um elemento da ação participativa varia, pois em concorrência perfeita, daí a oferta nada mais é do que a curva de custo marginal, desde o mínimo dos custos variáveis médios, dadas as variações de preços e quantidades. A curva de oferta da firma é aquela que mostra quanto à firma produzirá a cada preço estipulado pelo mercado.

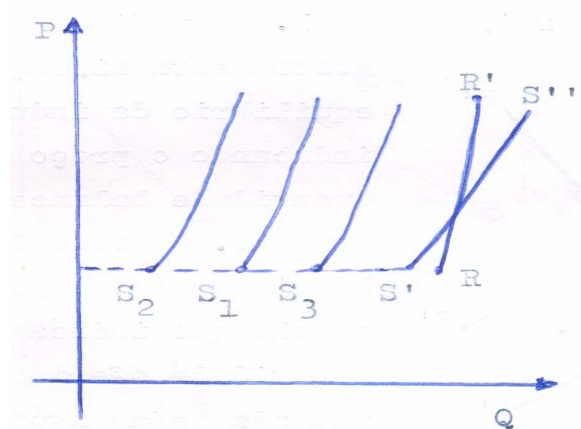
Os gráficos abaixo revelam a derivação da oferta de cada empresa. Na reta horizontal, vê-se a quantidade produzida, e na vertical, o preço cobrado. A curva de custo marginal está representada por CMg, e custo médio por CMe. Dado que em equilíbrio $CMg = P$, isto significa que $B = (P_3, Q_3)$; $A = (P_1, Q_1)$ e $C = (P_0, Q_0)$.

Gráfico 2 e 3



A indústria no curto prazo:

Para a curva de oferta da empresa em particular, teve-se a curva de custo marginal igual ao preço dado. Ao se falar em curva de oferta da indústria como um todo, tem-se então a soma horizontal das curvas de oferta de curto prazo de todas as empresas da indústria. **Como demonstra o gráfico** abaixo, na reta horizontal estão as quantidades ofertadas, e na reta vertical os valores monetários dos bens no mercado.



As curvas OSS_1 , OSS_2 e OSS_3 mostram as ofertas das firmas no curto prazo, porém, OSS "S" é a oferta da indústria como um todo. O formato da curva de oferta de curto prazo é determinado pelo número de firmas na indústria, pelo tamanho da

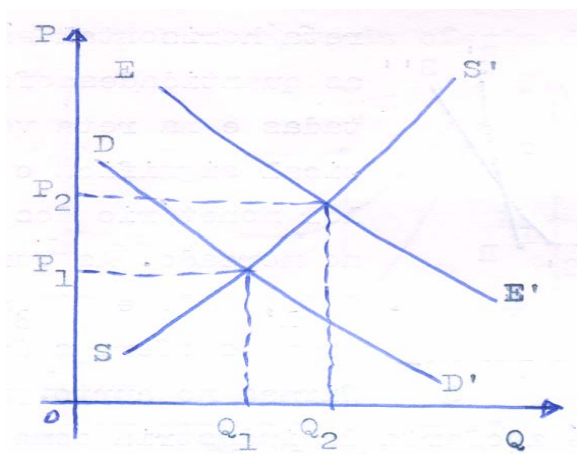
planta da firma, por outros fatores que influenciam na curva de custos marginais de cada firma, e pelos efeitos das alterações na produção da indústria sobre os preços dos fatores.

Equilíbrio de curto-prazo na industrial:

O ponto de equilíbrio de uma indústria no mercado, nada mais é do que o encontro entre oferta e procura, isto é, a interseção entre compradores e vendedores em determinado local, ou contexto em que está submetido.

Em um gráfico pode-se demonstrar uma situação de equilíbrio da indústria, quando se indica a localização de um preço, e de uma quantidade balanceada no mercado. Pois, o preço de equilíbrio de curto prazo é aquele que indica que a quantidade ofertada e demanda sejam iguais, ou se atendem mutuamente.

O preço de equilíbrio é OP_1 e a quantidade de equilíbrio é OQ_1 . Qualquer preço diferente de P_1 é um preço de desequilíbrio, entretanto, ele tende a mudanças quando necessárias. No equilíbrio, o preço é igual ao custo marginal. Quando a demanda muda, por exemplo: de DD' para EE' , os preços também mudam para P_2 ,



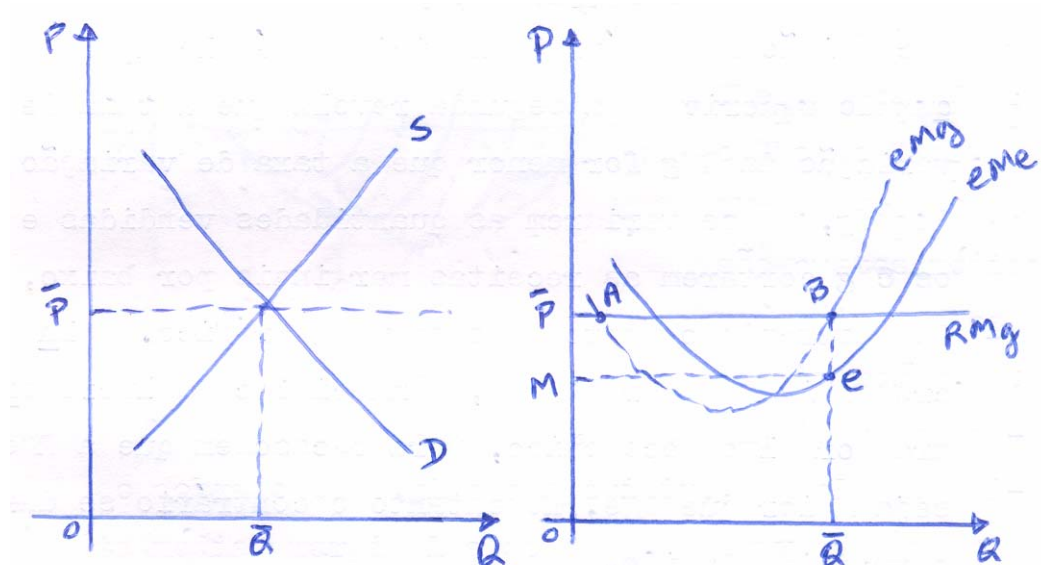
e tem-se então uma quantidade maior do bem em questão. Para a empresa individual, o processo difere um pouco pelo simples fato de que a indústria determina o preço e

a quantidade; e, daí cada empresa individual, segue aquele preço estipulado pelo mercado, como demonstrado nos gráficos a seguir.

O primeiro significa a determinação do preço e da quantidade de equilíbrio, e o segundo, mostra justamente o preço seguido por todas as empresas individuais, dando assim o equilíbrio onde o preço é igual ao custo marginal, e por sua vez, a receita marginal e média, bem como a demanda de cada empresa.

Matematicamente, pode-se demonstrar conhecendo-se a receita total, como sendo $RT = P.Q$. Para se maximizarem os lucros, tem-se então a igualdade $L_0 = RT - CT$. Ao se derivar a RT com relação a Q, conclui-se, portanto, que a RMg deve ser igual ao Preço, e também à RMe. Ao derivar L_0 com relação a Q, chega-se ao ponto onde $CMg = RMg$, condição necessária, mas não suficiente para o lucro máximo.

Gráfico 3 e 4



A condição necessária e suficiente é alcançada quando a derivada primeira for igual a zero, e a segunda for menor que zero revela que a taxa de variação da RMg, for menor que a taxa de variação do CMg, ao se variarem as quantidades vendidas, e os CMgs cortarem as receitas marginais por baixo, como é fácil de observar em gráficos, ou em matemática.

O lucro máximo, com lucro extra normal ou econômico, existe para o caso em que a RMe aparece maior que CMe; no entanto, ao contrário se dá o prejuízo máximo. Já o lucro normal está na condição em que RMe é igual ao CMe, estando embutido o lucro contábil, ou o *mark up*.

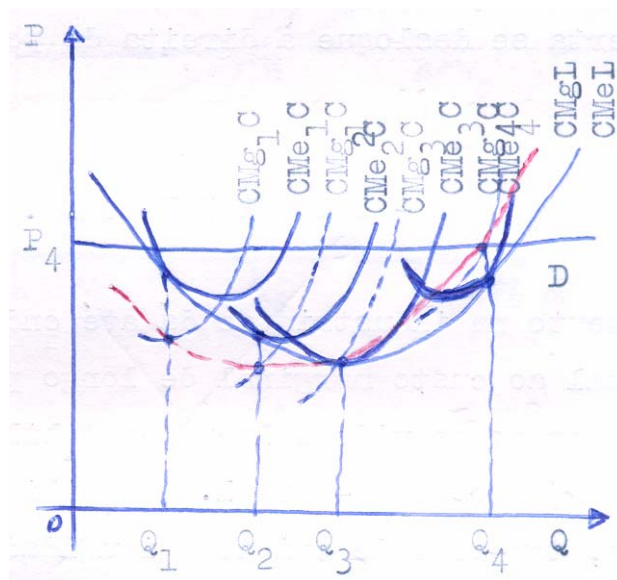
O longo prazo e a maximização de lucros:

O longo prazo é caracterizado dentro de uma perspectiva de horizonte de planejamento, no qual as firmas têm condições de mudarem conjuntamente todos os seus custos totais.

Esse período de tempo revela-se muito longo, a ponto dos economistas sentirem dificuldades na quantificação desse tempo.

No longo prazo, a firma muda consideravelmente sua planta, pode sair, ou entrar em uma indústria dependendo dos lucros se favoráveis, ou não.

Em uma visualização gráfica podem-se caracterizar as curvas de curto prazo designadas objetivamente como CMe_1 , CMe_2 , CMe_3 e CMe_4 , com CMg_1 , CMg_2 , CMg_3 , e CMg_4 são custos médios e marginais respectivamente.



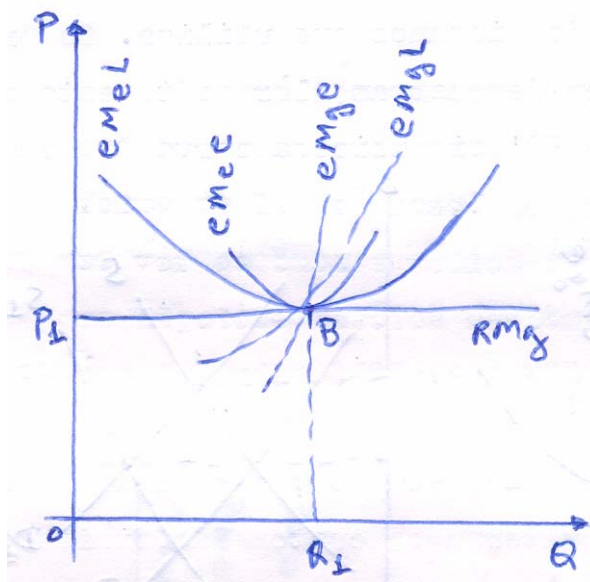
O símbolo P_4 significa o preço cobrado em regime competitivo, igual a receita média, marginal e demanda. A **curva de custo** marginal de longo prazo é derivada da interseção da curva de custo marginal de curto prazo com a projeção do menor custo médio com o eixo horizontal, surgindo os pontos A, B, C, D. A maximização de lucros está no ponto onde CMgL é igual a RMg, RMe, P e demanda, depois dos ajustamentos necessários exigidos pela economia, isto é, o ponto D do gráfico anteriormente analisado.

O lucro econômico quer dizer que a empresa está recebendo mais do que receberia se aplicasse seus recursos em outras indústrias. Assim, o lucro econômico faz com que novas firmas entrem na indústria, e façam com que a curva de oferta se desloque para a direita do ponto original.

Equilíbrio de longo-prazo na indústria:

O ajustamento na indústria se dá até onde o preço seja igual ao custo marginal de longo prazo, pois aí já se tem o lucro contábil, e já não existe o prejuízo extra-normal.

O equilíbrio de longo prazo tem-se onde existe a igualdade dos custos médios de curto prazo, com os de longo prazo; cujo preço, iguala-se com as receitas marginais e médias, portanto ficando no mínimo dos custos médios de longo prazo, e de curto prazo. **O gráfico a seguir** retrata este tipo de análise, pois depois de todo ajustamento, o preço fica em P_1 e a quantidade em OQ_1 no longo prazo. No ponto B,



onde a demanda é igual ao preço, que por sua vez, é igual à receita marginal, tem-se o lucro econômico igual a zero (0), mesmo que se esteja maximizando lucros. Isto decorre do fato de que a entrada e saída de empresas em busca de um lucro máximo é ambição maior do empresário que luta pela obtenção de conseguir o lucro maximizado possível, nas condições de igualdade, para sua empresa.

Uma curva de custo médio em forma de U, e que esteja no longo prazo, reflete as economias de escala de longo prazo, ou os rendimentos de escala no curto prazo conseguidos pela alocação eficiente, ou ineficiente dos recursos da empresa.

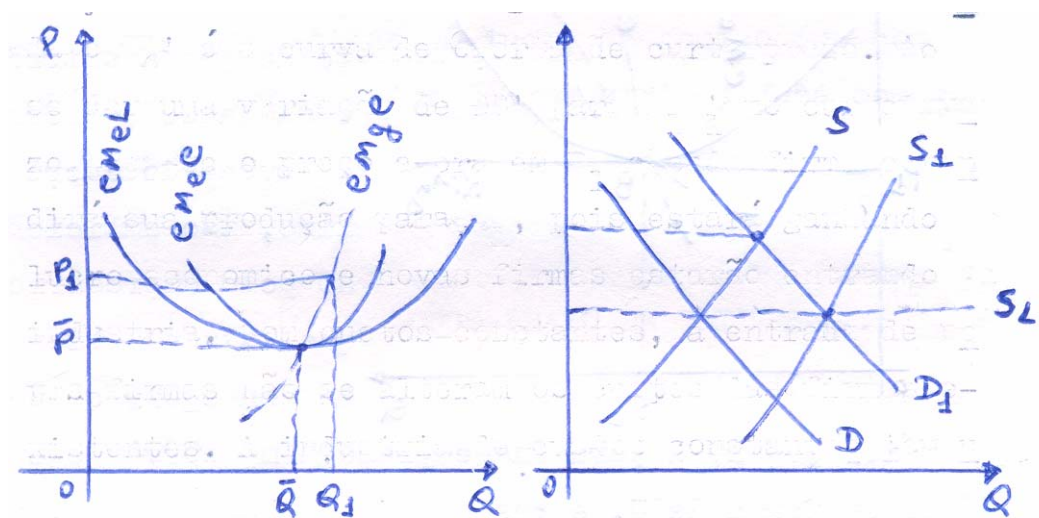
Estes elementos causadores das economias de escala não constantes foram os princípios da competição perfeita, mas serão analisados nos tópicos que seguem.

Indústria com custos constantes:

Neste tópico, pode-se justificar que uma expansão da firma ou indústria resulta em uma variação igual nos preços dos insumos que os empresários utilizam.

Os gráficos que se seguem demonstram claramente esta situação industrial. DD' significa a curva de demanda, e SS' é a curva de oferta de curto prazo no mercado.

Gráfico 5 e 6



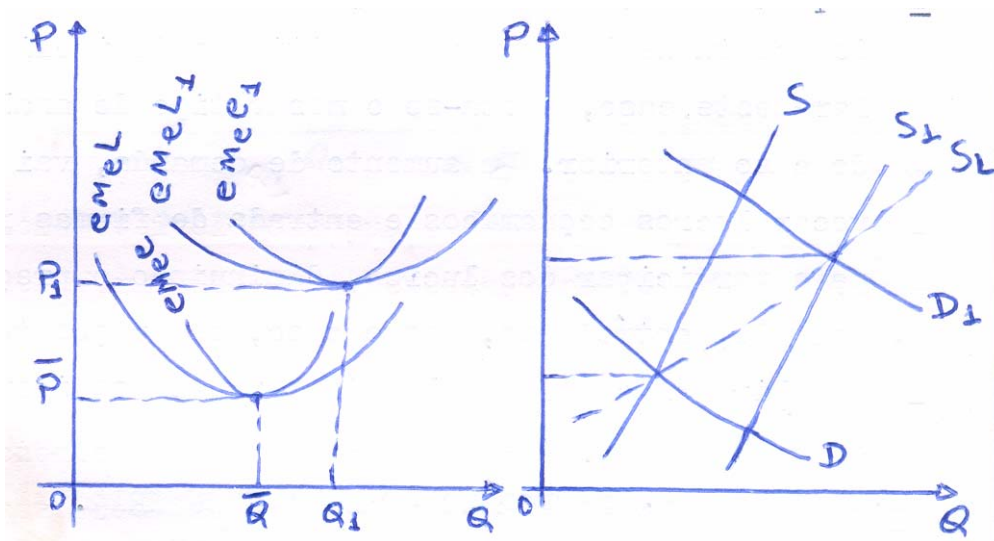
Ao se dar uma variação de DD' para $D_1 D_1$, no curto prazo, tem-se o preço agora em P_1 e cada firma expandirá sua produção para Q_1 , pois estará obtendo lucro econômico e novas firmas estarão entrando na indústria.

Todavia, com custos constantes, a entrada de novas firmas não altera os custos das firmas existentes na indústria. A indústria de custos constantes tem uma curva de oferta de longo prazo horizontal. As firmas podem produzir indefinidamente, dependendo das condições de demanda.

Indústria com custos crescentes:

Os gráficos a seguir procuram explicar os custos crescentes na indústria, derivando a oferta de longo prazo.

Gráfico 6 e 7



No primeiro gráfico podem se ver os custos médios de longo e curto prazo, na hipótese heróica de competição perfeita. Assim, DD' é a demanda de mercado, e SS' é sua correspondente oferta. Porém, ao haver um deslocamento para a direita da demanda, isto implica que os preços se elevam para P_1 , gerando lucros econômicos; e, conseqüentemente entrada de novas firmas que necessitam de insumos, e estes, com preços crescentes, significam custos crescentes.

Desta forma, no gráfico da firma, tanto as novas firmas como as velhas, têm novas curvas de custos no longo e curto prazos, no caso $CMeL'_1$ e $CMeC'_1$. Entretanto, se as curvas de custo marginal, se deslocam para a esquerda, então a oferta também se desloca para a esquerda, gerando assim a curva de oferta de longo prazo da indústria, SL .

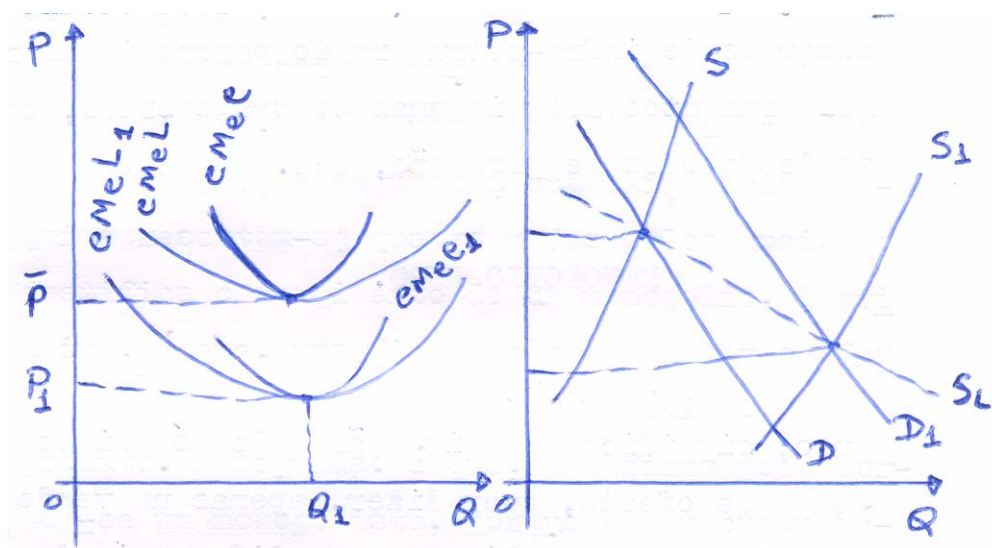
Uma firma de custo crescente gera uma curva de oferta de longo prazo positivamente inclinada. Para este caso, adota-se o mesmo tipo de análise do caso anterior.

Um aumento de demanda vai provocar lucros econômicos e entrada de firmas novas para participar dos lucros astronômicos, diminuindo o preço de mercado, porém, neste caso, os preços tendem a subir por causa da alta dos preços dos insumos no mercado de fatores de produção.

Indústria com custos decrescentes:

Para este último caso, a análise é semelhante, pois aqui se trata de caso contrário, como demonstram os gráficos a seguir. As curvas CM_eL e CM_eC representam as curvas de custos médios de longo e curto prazos, no outro gráfico, tem-se DD' e SS' representando as demandas e ofertas do mercado.

Gráfico 6 e 9



Veja-se a análise de uma indústria com custos decrescentes, decorrentes de preços externos decrescentes. Para este caso, tem-se que uma expansão da indústria levará a uma redução nos custos das firmas estabelecidas, portanto, ter-se-á um novo preço de equilíbrio em P_1 , produzindo OQ_1 unidades de produção a custos médios de longo e curto prazos do tipo CM_eL_1 e CM_eC_1 .

Uma indústria de custo decrescente gera uma curva de oferta de longo prazo decrescente ou negativamente inclinada. Isto significa dizer que aumento de produção é acompanhado de uma redução de preço, realizando desta forma, economias externas, incompatíveis com uma estrutura de mercado que esteja em competição perfeita.

As economias externas ocorrem quando a indústria se expande em decorrência de melhoramentos externos de infra-estrutura do parque industrial, melhoramentos nos sistemas de transportes, excesso de fatores de produção, etc.

MONOPÓLIO PURO

Um segundo mercado abstrato, ou utópico é quanto àquele que esteja em regime de monopólio puro, isto significa uma situação onde só existe uma fonte de oferta, quer dizer, apenas um e somente um vendedor no mercado e é o objetivo desta explicação.

Um monopólio puro é totalmente ao contrário da competição perfeita, visto que são dois extremos, pelo número de firmas, pela rivalidade, etc. Porém, um monopólio puro, mesmo sendo só um no mercado, não escapa a competição indireta e àqueles que são competidores em potencial.

No primeiro caso, significa dizer que existe a briga pelo dinheiro do consumidor, e há substituição, se bem que imperfeita, de alguns produtos. No segundo é o problema de que o monopolista não colocou todo o seu poder de monopólio no mercado.

O competidor potencial apresenta-se de modo que o produtor não pode obter altos lucros no curto prazo, pois se o fizer, está arriscando a perder o monopólio, devido facilitar a entrada de firmas no mercado e tomar esse monopólio.

Entretanto, existem muitas maneiras de se apresentar um monopólio, isto quer justificar as razões montadas para assegurar a sua existência, e aqui se apresentam quatro modos pelos quais se justifica o surgimento de um monopólio.

A primeira, é que, uma firma pode controlar a oferta total de determinado insumo básico, para um produto. A segunda, é que uma firma pode tornar-se um

monopolista, porque o seu custo médio de produção atinge o mínimo ponto em que a quantidade produzida é suficientemente elevada para satisfazer todo o mercado a um preço lucrativo. A terceira, diz respeito a uma firma que pode obter o monopólio de produção de um bem através de patentes sobre o produto desse bem. E, por fim, uma empresa pode tornar-se monopolista porque um órgão do governo lhe franqueou uma parte do mercado (FERGUSON: 1976; p. 315-316).

Demanda do monopolista:

Para um monopolista, a demanda de mercado é idêntica à demanda da firma, pois o monopolista é o único produtor. Identificada a demanda, verifica-se que a mesma está em função do preço do produto, da renda individual, dos gostos dos consumidores, estilos, moda, local geográfico, especificamente, do grau de elasticidade produto.

No caso de um monopólio puro modificar os gostos dos consumidores, é devido à frequência de aumento na população que almejam satisfazer as suas necessidades, elevando assim a demanda pelo bem.

A demanda pelo monopolista, é negativa ou descendente, gerando assim receita marginal menor do que a receita média, conseqüentemente o preço será cobrado acima dos custos marginais. A receita média é igual ao preço, visto que aquela representa a receita total dividida pela quantidade vendida.

A oferta em monopólio:

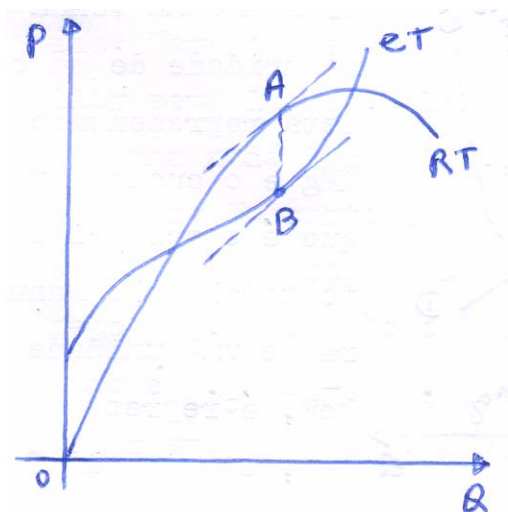
Inegavelmente, definiu-se na competição perfeita a curva de oferta de curto prazo, como sendo de custo marginal, porém no monopólio não se pode definir de tal maneira, pelo simples fato de que a oferta no monopólio tem concepção mais ou menos indefinida, porque a cada custo marginal não correspondente um preço e sim a diferença entre ambos.

A curva de oferta no monopólio fica melhor compreendida, como sendo pontos no espaço, e a formação de uma curva vai depender das variações da demanda pelo produto exposto para a população que deverá ser atendida.

Equilíbrio no curto-prazo:

O processo de chegar ao equilíbrio de curto prazo, neste tipo de mercado, assemelha-se com o da competição perfeita, de tal forma que se tenha a maior distancia entre a receita total e o custo total, em uma primeira abordagem de cálculo para se obter o lucro máximo.

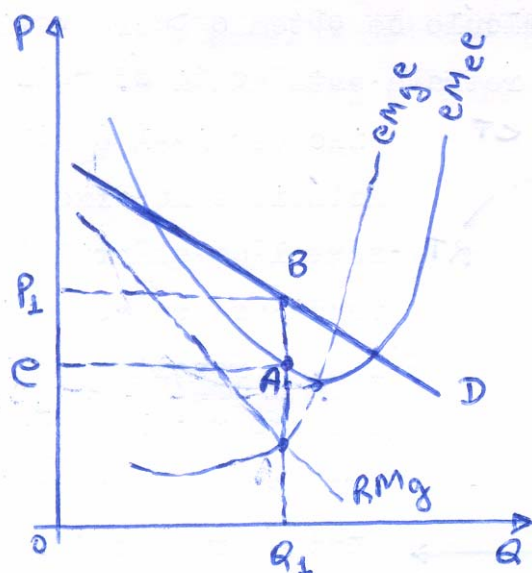
O gráfico abaixo retrata esta análise. Tem-se no eixo vertical o valor monetário, e no eixo horizontal as quantidades para venda aos consumidores. A **receita total** e o **custo** total estão representados respectivamente por RT e CT. Ao se traçarem paralelas tangentes à curva de custos e receitas, verifica-se um primeiro



intervalo onde a receita total é menor do que os custos totais, ficando aí os prejuízos e no momento em que essa diferença for maior que zero, quer dizer as receitas maiores do que os custos, localiza-se aí o lucro máximo, na abordagem total. Isto é visto pela área AB no gráfico em análise.

Visto de outra maneira, a abordagem marginal aparece, entretanto, para demonstrar o mesmo ponto de equilíbrio, considerando-se os incrementos de receitas e custos, e isto está visualizado pela igualdade da receita marginal com o custo marginal como indica o gráfico abaixo.

A receita marginal que é acréscimo na receita total, pelo acréscimo na venda de uma unidade de um bem, está representada por RMg , e o custo marginal que é o



acréscimo no custo total pela manufatura de uma unidade desse bem, é representado por CMg , cuja igualdade entre ambos dá-se no ponto B . Assim, D representa a demanda pelo produto, CMe é o custo médio e $CADP_1$ é o lucro extra-normal no equilíbrio da firma no curto prazo com produção estando em Q_1 .

Equilíbrio de longo-prazo na indústria:

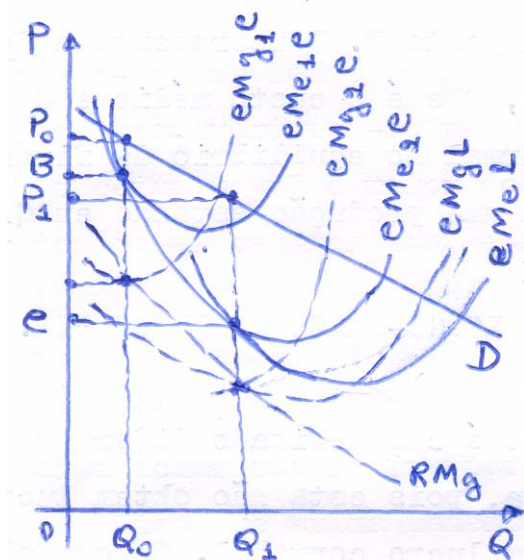
O longo prazo é caracterizado de forma diferente da competição perfeita, que não obtém lucros econômicos, mas sim lucro contábil, devido a sua interação em uma estrutura de igualdade entre todos.

Contudo, o monopólio pode neste período de tempo conseguir lucros extra-normais. No curto prazo, o monopolista poderá incorrer em prejuízo e procurará

ajustar sua planta de modo que venha no longo prazo obter lucro econômico, porém se o problema não for de escala, conseqüentemente a firma desaparecerá da indústria.

Para o caso em que o monopolista pode ampliar seus lucros, ele o fará ajustando sua planta a uma mais lucrativa, ele o fará ajustando seu tamanho a uma mais lucrativa, como mostra o gráfico a seguir.

No curto prazo a firma está com um custo médio de curto prazo $CMeC_1$, produzindo OQ_0 ao preço OP_0 , portanto o lucro econômico no curto prazo é $OQ_0 (OP_0 - OB)$, podendo assim a empresa ajustar sua planta no longo prazo, para



conseguir aumentar seus lucros econômicos. A firma maximizará seus lucros no ponto

onde $CMgC = CMgL = RMg$, produzindo assim OQ_0 unidades de produção ao preço OP_1 , com o lucro agora quantificado em $OQ_1 (OP_1 - OC)$ em valores monetários.

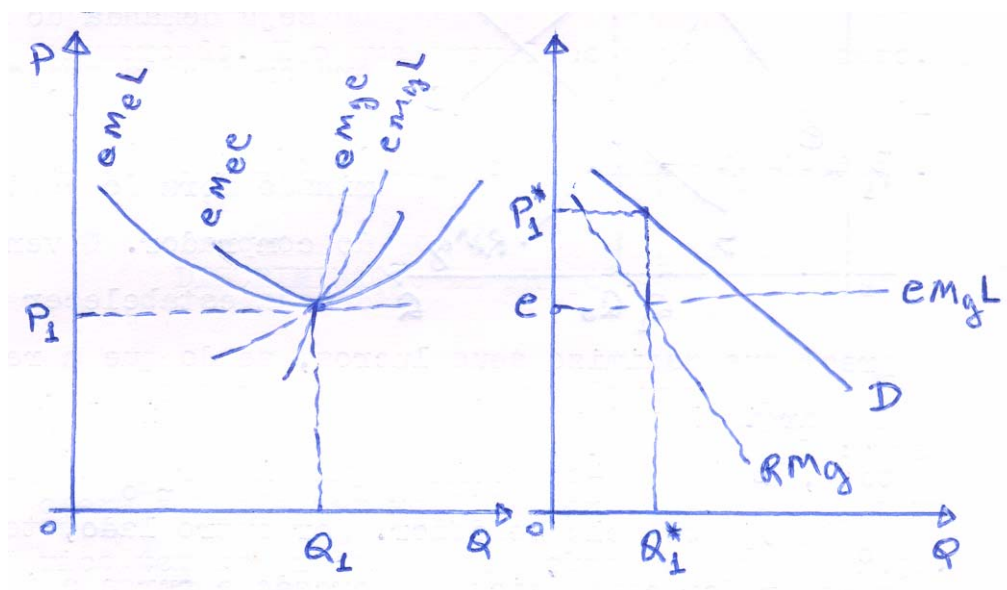
A análise deste gráfico reporta também às várias plantas que o monopolista tem com o passar do tempo, a empresa está obrigada a mudar sua planta para atender a demanda que cada vez mais exige uma oferta maior.

Entretanto, a passagem de um tamanho que contém custos médios do tipo $CMeC_1$, para $CMeC_2$, até n custos médios significa mudança de tamanho, conseqüentemente de planta.

No longo prazo, a empresa pode variar o número e o tamanho de suas plantas. Neste mesmo tempo a empresa pode produzir a quantidade OQ , com sua planta ótima ao situando-se no mínimo da curva de custo médio de curto prazo e longo prazo.

Desde que a firma possa expandir-se construindo em tamanho ótimo a curva de custo marginal de longo prazo será a linha horizontal OP_1 . A produção total da empresa no longo prazo será OQ^*_1 ao preço OP^*_1 , operando com $\frac{OQ^*_1}{OQ}$ plantas.

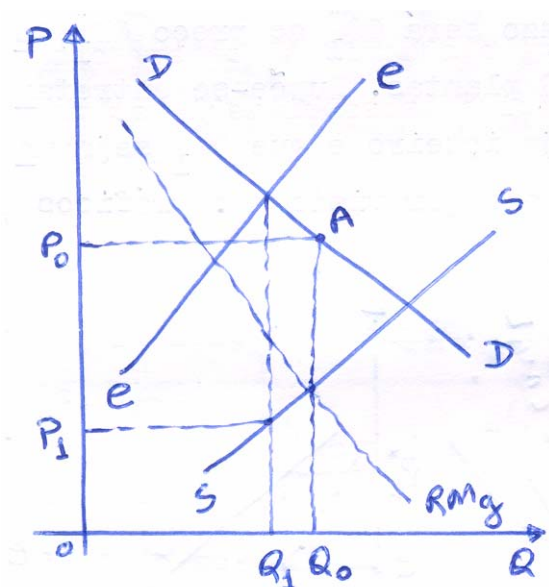
Supõe-se, entretanto, que $\frac{OQ^*_1}{OQ}$ seja inteiro, e que seja maior que OQ , como pode ser visto nos gráficos seguintes:



Monopólio bilateral:

Em um mercado pode ocorrer o caso de monopólio bilateral, isto é, quando um só vendedor depara-se com um só comprador. Poucos casos deste tipo existem, porém tem-se o mercado de pouco tipo de produto, em uma área pequena que pode ser denominado deste tipo, como por exemplo: uma empresa vendendo determinado produto e um único comprador para esta mercadoria.

Ao se admitir no gráfico ao lado que SS seja a curva de custo marginal do vendedor, e que DD seja demanda do comprador a cada preço, sendo que o preço é determinado fora do controle do comprador.



O vendedor deseja estabelecer um preço que maximize seus lucros, sendo que a receita marginal intercepta a de custo marginal num ponto A, então, tem-se assim a quantidade Q_0 ao preço P_0 desejados pelo vendedor.

Por outro lado, tem-se o comprador como único no mercado e surge a interrogação. Que preço o comprador gostaria de pagar? A curva de custo marginal do vendedor é vista pelo comprador como a oferta. Por isso, o preço sendo ditado pelo comprador, ele sabe quanto o vendedor vai lhe oferecer.

A ânsia de maximizar lucros também está com o comprador, pois este será máximo quando a curva que representa suas despesas marginais com o bem

intercepta sua curva de demanda. Assim, despesas marginais são definidas como os gastos adicionais com o bem do comprador, mostradas pela linha CC.

Portanto, o comprador gostaria de comprar quantidades Q_1 ao preço P_1 . Daí surge, como dizem muitos economistas, há uma indeterminação no mercado. E o que prevalece aqui neste caso, é poder de barganha, a habilidade de negociar e a opinião pública como tomada de decisão.

Discriminação de preços:

Em uma base geográfica pode acontecer uma discriminação de preços, pois, isto caso acontece quando uma mercadoria é vendida a mais de um preço. Por exemplo: uma operação pode ser vendida por dois preços, a um rico tem um preço, e a um pobre tem outro preço.

Um outro exemplo é no que se diz respeito ao custo marginal, assim uma caneta é vendida em uma comunidade por \$ 2,00 unidades monetárias, sendo que se paga pelo rótulo \$ 0,10 unidades monetárias. A mesma caneta pode ser vendida por um preço mais barato, por exemplo: \$ 1,50 unidades monetárias para uma comunidade mais pobre, porém, se existe diferença de custos, não existe discriminação.

A discriminação de preços se dá quando compradores estão em grupos com diferente elasticidade preços da demanda, e que estes grupos possam ser identificados e isolados a custos baixos.

O importante é que o produto obtido a um menor preço não possa passar de uma classe para outra. No caso da elasticidade demanda ser diferente, isto é devido a diferenças de renda, gostos, ou disponibilidade de substitutos.

Para a discriminação de preços, o produtor deve decidir quanto deve distribuir a cada classe, no caso de ser classe pobre ou classe rica, bem como

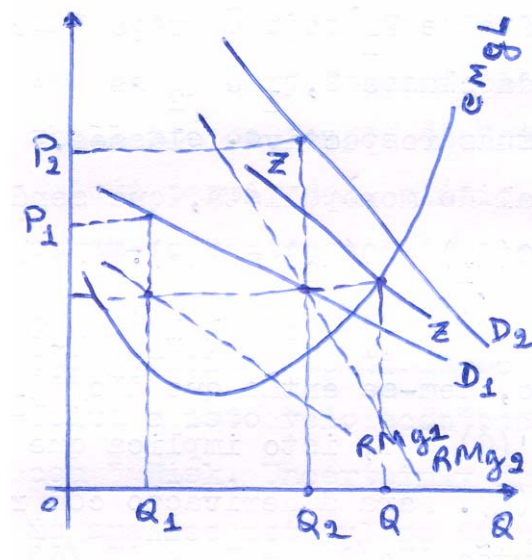
dependendo da elasticidade o preço a cobrar pelo produto (MANTEL & SING: 1972).

A maximização de lucros se dá quando, no caso de duas comunidades diferentes, a receita marginal de uma comunidade, ser igual à receita marginal da segunda comunidade, e ao mesmo tempo for igual ao custo marginal total.

A alocação será ótima quando se tem então que $P_1 \left(1 - \frac{1}{n_1}\right) = P_2 \left(1 - \frac{1}{n_2}\right)$, ou $RMg_1 = RMg_2$, daí tem-se então que $\frac{P_1}{P_2} = \frac{\left(1 - \frac{1}{n_1}\right)}{\left(1 - \frac{1}{n_2}\right)}$. Se as elasticidades (n_1, n_2)

forem iguais, não vale a pena discriminar os preços, pois não vai aumentar os rendimentos do empresário acima dos já ganhos normais.

Porém, em discriminação, o preço será menor na classe cuja elasticidade é maior. O gráfico a seguir mostra a locação eficiente, indicando o preço cobrado e a quantidade vendida a cada mercado. O monopolista quando em sua produção total também faz menção aos seus custos, escolhe produzir onde o custo marginal da produção total seja igual ao valor comum das receitas marginais.



A produção total é determinada pela soma horizontal das receitas marginais, sendo o resultado a curva ZZ. A produção ótima se dá então no intervalo de ZZ com o custo marginal. Se não for o caso, os lucros devem ser aumentados pelo incremento da produção ($CMg < RMg$), ou através da redução da quantidade produzida, para o caso onde $CMg > RMg$. Assim, a firma produzirá OQ unidades e venderá OQ_1 unidades no mercado para a comunidade 1, e OQ_2 unidades no mercado 2, sendo cobrados os preços OP_1 e OP_2 à comunidade 1, e à comunidade 2 respectivamente.

Na suposição de que P_1 seja o preço da comunidade 1, e P_2 o preço da comunidade 2, Q_1 e Q_2 as quantidades vendidas às suas respectivas comunidades. Se $C(Q)$ é o custo total do monopolista, que sendo igual a $Q_1 + Q_2$, ou $C(Q_1) + C(Q_2) = C(Q)$. A maximização de lucros se dá quando $L_0 = P_1 Q_1 + P_2 Q_2 - C(Q)$, ao fazer a derivação, tem-se então que $\frac{dL_0}{dQ_1} = p_1 + \frac{dP}{dQ_1} x Q_1 - C'(Q) = 0$, isto implica que

$\left(P_1 + \frac{dP_1}{dQ_1} x Q_1 \right) = C'(Q) = 0$. Para a derivação com relação a Q_2 , tem-se então

$\frac{dL_0}{dQ_2} = P_2 + \frac{dP_2}{dQ_2} x Q_2 - C'(Q) = 0$, também se tem que $\left(P_2 + \frac{dP_2}{dQ_2} x Q_2 \right) = C'(Q)$.

Portanto, $RMg_1 = CMg = RMg_2$ e a receita marginal obedece a seguinte equação

matemática: $RMg = \left(1 - \frac{1}{n} \right)$.

CAPÍTULO II: À DESIGUALDADE SOCIAL

O importante aqui é investigar as desigualdades sociais, pois, elas são oriundas das relações econômicas tendentes a um certo grau de monopólio que impulsionam a que apareçam os desajustes sociais, e sedimente a ganância, o orgulho, e a vaidade em ser um ator social de grande importância para a sociedade, ao criar aqueles que estão no poder e aqueles que estão abaixo do poder, ao exercer um certo poder individual.

Os pontos de desajuste sociais implementaram através da mídia uma demonstração de poder que uns atores sociais têm sobre os outros, ao causar a busca incessante pelo poderio econômico, daí a formação do processo de oligopolização, ou até mesmo monopolização em forma de trustes, cartéis, pools, holding, ou outras formas de concentração de poder que aumentam os desajustes sociais, cujo Estado deveria participar como órgão regulador do sistema social.

CONCORRÊNCIA MONOPOLÍSTICA

Dentro do ponto de vista tradicional, observa-se que a microeconomia clássica procurava analisar a estrutura de mercado sob dois modos fundamentais: a famosa competição perfeita e o monopólio puro, que eram então conhecidos como a teoria dos preços.

A competição perfeita é a mais comum, devido o sistema de feira livre ser herança dos mercantilistas. Para os monopólios puros estavam configurados os grandes proprietários de terras das épocas passadas. A microeconomia clássica vem

desde Marshall (1920)¹, Frank Knight (1921)², até alguns outros expoentes da economia moderna.

A partir daí, críticas e críticas processaram-se contra a estrutura de competição perfeita e monopólio puro em termos de sua abstração. Na verdade, a competição perfeita não tinha se tornado realmente uma prática, e isto veio acontecer quando Knight publicou *Risk, Uncertainty and Profit*, onde há uma análise meticulosa da natureza bitolada dos conceitos rigorosamente definidos.

A posição de Knight, procurando enfocar meia competição perfeita, foi motivo de bastantes críticas, e entre elas está Stigler (1957)³ que mostrou haver grande insatisfação, e até larga reação contra o uso da competição perfeita como um modelo de comportamento econômico.

Esses contra-pontos surgiram por volta de 1920 e 1930, onde as críticas insinuavam que os modelos de competição perfeita e monopólio puro não serviam mais como análise comportamental individual, e do mercado. Contudo, observa-se que são constantes as falhas de mercado, ao impossibilitar a execução da competição perfeita e o monopólio puro, em decorrência dos custos decrescentes, dos bens públicos, das externalidades, e da incerteza, que acontecem na economia (WHYMES & BOWLES: 1982; pp. 84 - 90).

Nas críticas formuladas contra o sistema de competição perfeita e monopólio puro, uma das primeiras expressões a aparecer foi Piero Sraffa (1929)⁴, ao colocar as limitações que incorriam nos modelos que não funcionavam plenamente; assim, desenhavam-se a competição monopolista, e competição imperfeita como alternativos.

¹ Alfred Marshall. *Principles of Economics*. Nova York, The MacMillan Co. 1920. In: C. E. Ferguson. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 351.

² Frank H. Knight. *Risk, Uncertainty and Profit*. (New York: Houghton Mifflin Company, 1921, pp. 18-19.

³ George J. Stigler. *Perfect Competition, Historically Contemplated*. In *Journal of Political Economy*, vol. LXV, 1957, pp. 1-17. In: C. E. Ferguson. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 351.

⁴ Piero Saffa. *The Laws of Returns under Competitive Conditions*. In *Economic Journal*, vol. XXXVI, 1929, pp. 535-50. In: C. E. Ferguson. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 351.

Em seguida vem Hotelling (1929)⁵, observando que a diferença entre a Standard Oil Company, e uma pequena mercearia da esquina é mais um problema de quantidade do que qualidade, contudo, observa-se claramente o aparecimento dos pequenos no meio de poucos grandes que dominavam o mercado consumidor.

Entretanto, Zeuthen (1930)⁶ explica que nem um monopólio puro, nem uma competição perfeita são sempre absolutos, e os princípios sobre eles se prendem apenas às margens externas da realidade que devem ser procuradas entre eles.

E, assim surge um novo pensamento que tem como participação o americano Edward Chamberlin (1933)⁷, e a inglesa Joan Robinson (1934)⁸. Chamberlin participou mais ativamente estudando o problema da competição monopolista; e, Robinson de um mercado que estivesse em competição imperfeita, visto que aparentemente não existe muita diferença entre ambos.

A análise de Chamberlin, diz respeito a uma firma individual, e coloca a diferenciação do produto, visto que duas firmas não colocam o mesmo produto extremamente igual no mercado. Pois, é aí que se inicia a discussão quanto à economia explicar a realidade tal qual se observa no dia a dia dos seres humanos, mesmo com as suas irregularidades prementes.

Entretanto, para Fernando Ossa S. (2001; p. 30)⁹ em seu trabalho sobre Economia de escala y comercio internacional, explica de forma objetiva que

En la estructura de mercado conocida por competencia monopolística se supone que cada empresa logra diferenciar su producto. Esto no es exactamente igual al producto de las otras empresas en la industria, pero si

⁵ Harold Hotelling. *Stability in Competition*. In Economic Journal, vol. XXIX, p. 44. In: C. E. Ferguson. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 351.

⁶ F. Zeuthen. *Problems of Monopoly and Economic Welfare*. Londres, Routledge, 1930, p. 62. In: C. E. Ferguson. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 351.

⁷ E. H. Chamberlin. *The Theory of Monopolistic Competition*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1950. In: C. E. Ferguson. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 351.

⁸ Joan. Robinson. *The Economics of Imperfect Competition*. Londres, MacMillan & Co., Ltd., 1933. In: C. E. Ferguson. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 351.

⁹ Fernando OSSA S. *Economias de Escala y Comercio Internacional: el caso de la competencia monopolística*. Chile, Oficina de publicación, Trabajo docente, n° 60, 2001.

es un sustituto. La interacción se elimina con el supuesto de que cada empresa toma el tipo de producto y los precios de otras empresas como dados.

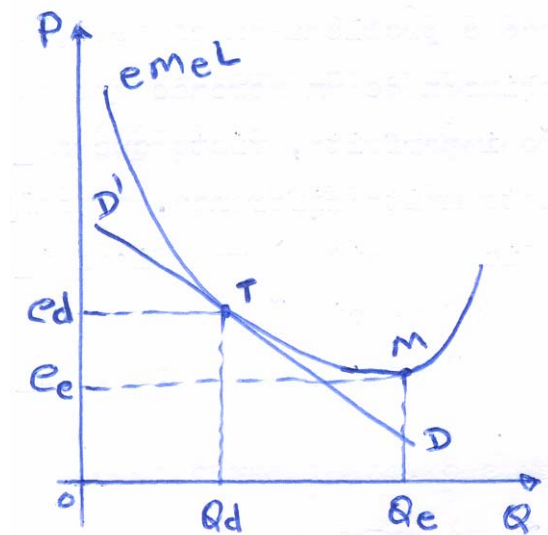
Isto justifica a posição de que a interdependência é um fato em uma estrutura de competição monopolista, cuja diferenciação dos produtos é o ponto principal da concorrência entre os participantes no mercado.

Diferenciação do produto:

Para diferenciar um produto significa, antes de mais nada, levar produtos iguais ao mercado, que possuem ligeiras diferenças, tais como: embalagem, processo de produção, propaganda, distribuição, ou qualquer complemento distinto um do outro.

A diferenciação de produto é mais um custo que a sociedade incorre, pelo fato de que os produtores, ou distribuidores procuram forçar de qualquer maneira a venda de seu produto no mercado tendente a concentração.

Em um gráfico bidimensional bem estruturado, pode-se verificar o ponto em que a firma fica dentro do processo de diferenciação de seu produto, fazendo ver que a diferenciação torna os custos maiores, conseqüentemente um preço mais elevado do produto, levando assim a uma produção menor com custos elevados, isto é, $P > CMg$.



A curva de custo médio de curto prazo está representada por CMeC. A letra D significa a demanda ou receita média. No eixo vertical, têm-se valores monetários, e no eixo horizontal a quantidade produzida. Em T, caracteriza-se o ponto de equilíbrio que é a tangência entre o custo médio de longo prazo e a demanda DD' negativamente inclinada.

O CMe é normalmente em forma de U, devido ao argumento de que muito pequena ou muito grande a produção é difícil, e dispendioso de produzir. Conseguem-se grandes economias de escala só no ponto além dos custos administrativos e retornos decrescentes por causa da presença da escassez de insumos que fazem aumentar os custos de produção.

Desta maneira, T deve-se encontrar à esquerda do mínimo do CMeL. Ao contrário do que ocorreria em concorrência perfeita que em longo prazo produziria em M, Todavia, em uma competição monopolística, a quantidade produzida é menor, a um custo maior.

No gráfico acima, pode-se notar que a partir do momento em que a firma fica maior, os custos são reduzidos até chegar em T. Olhando novamente o gráfico, pode-se notar ainda que existe um intervalo entre Q_d e Q_c , chamado de excesso de capacidade, dito por Chamberlin de custo pela diferenciação.

A indústria monopolista:

No monopólio definiu-se uma indústria como sendo a própria empresa, pelo fato de que um monopólio produz um produto único e por isto homogêneo, do mesmo modo que em competição perfeita, porém aqui, o produto é homogêneo porque obedece às várias hipóteses formuladas pela competição. Para a competição perfeita, a indústria é uma reunião de muitas empresas produzindo um produto homogêneo por princípio.

Na competição monopolística, a indústria fica sem definição precisa e se consegue conceituar como um grupo de produtos, pelo modo de encarar a diferenciação e cada produto ter diferenças acentuadas entre produtos substitutos, diferindo da concorrência perfeita, porque naquele se fala em setores de produtos dada a homogeneidade.

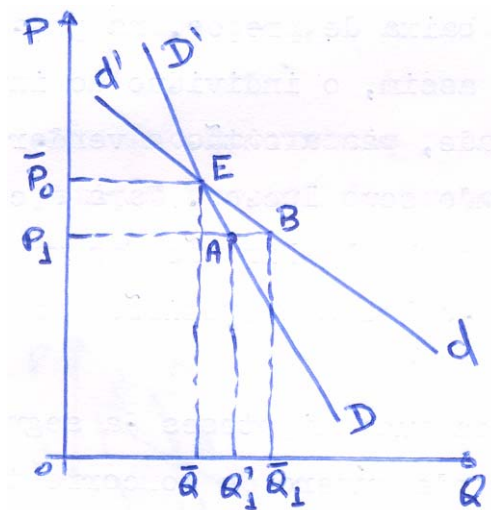
Equilíbrio no curto-prazo:

No curto prazo, o equilíbrio neste tipo de mercado, confunde-se com o monopólio puro, porque no curto prazo a competição monopolística é o próprio monopólio puro dentro do conceito já demonstrado anteriormente. No monopólio puro, a demanda é negativamente inclinada, caracterizando uma receita marginal menor do que o preço, por causa da manipulação do produtor individual.

Na competição monopolística, a hipótese de entrada e saída, até certo ponto é livre, em decorrência da competição perfeita de longo prazo, à procura de participação do lucro extra-normal do mercado, e o equilíbrio ficando onde o CMg seja igual a RMg em um período de tempo longo. Entretanto, o custo marginal é igual tanto no monopólio puro como na competição monopolística e competição perfeita.

Equilíbrio de longo-prazo:

O longo prazo é justamente o campo de ação da competição monopolística, porque no curto prazo é o próprio monopólio puro. Para começar a análise deste tipo de mercado é preciso que se conheça a demanda para a indústria como um todo e aquela para a firma individual, isto é, a análise das duas demandas como bem demonstra o gráfico abaixo.



A curva DD' representa demanda de todas as firmas no mercado e dd' a demanda de uma firma individual. Na linha vertical está o valor monetário, e no eixo horizontal as quantidades de produção a venda. O ponto E é o equilíbrio de mercado, quando todo mundo está satisfeito, determinando o preço e a quantidade a ser vendida e comprada pelas pessoas no mercado.

Porém, neste tipo de mercado está havendo lucros extra normais, e alguém mais esperto procura baixar seu preço para conseguir vender mais do que os outros, e fazer seus lucros aumentarem. Entretanto, se todos no mercado passarem despercebidos, este lucro vai realmente acontecer, e toda a sua produção terá a saída esperada no mercado.

Mas, ao ser notado pelos outros competidores da baixa de tais preços os outros diminuem em seguida, cujos ganhos de incremento de qualidades vendidas

não seriam os mesmos como se ambicionava. Isto pode ser visto no gráfico acima, pois isto está plotado com a baixa de preços, da passagem de P_0 para P_1 , e quantidade vendida de Q_0 para Q_1 .

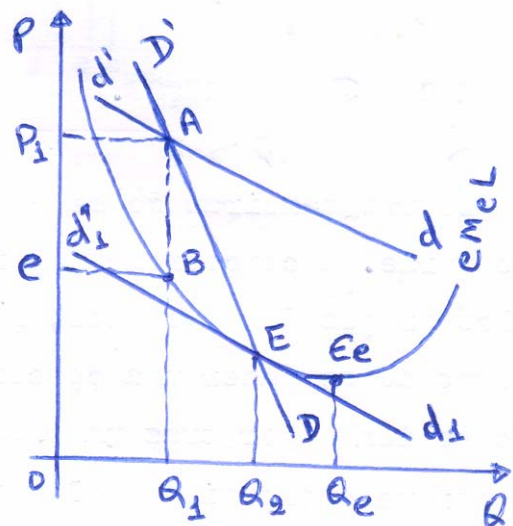
Contudo, o indivíduo ao invés de **vender Q_1 quantidade, passa então a vender Q_1** , como corolário, verifica-se uma queda de seus lucros. Para o caso de um aumento de preço Chamberlin não faz nenhuma menção, em seu estudo sobre a competição monopolística.

Ainda mais, Chamberlin coloca suas hipóteses da seguinte maneira: a) há um grande número de concorrentes monopolísticos em cada grupo de produção; b) todas as firmas ou grupos produzem bens proximamente relacionados e prontamente substitutos; e, c) o empresário pleiteará uma diminuição nos seus preços se houver um aumento substancial nas suas vendas.

Como sempre ocorre em economia, Chamberlin lança uma hipótese heróica, pois ele diz que as curvas de demanda e custo para todos os produtos são uniformes através do grupo, que as preferências dos consumidores sejam igualmente distribuídas entre as variedades distintas, e que as diferenças entre elas não sejam tal a levar à distinção de custos.

Longo-prazo e concorrência-preço:

O mais forte conflito inter-industrial, é quanto a concorrência preço, pois ela versa sobre uma competição devido a variações de preços, fazendo o mesmo cair ou se elevar dependendo da política do grupo concorrente no mercado. O gráfico ao lado faz uma análise deste tipo de situação, onde o equilíbrio de longo prazo existe, quando já predomina um número ótimo de firmas. Dado que DD' é a demanda de mercado, dd' é a demanda individual, $CMeL$ é o custo médio de longo prazo e no eixo vertical



e horizontal ficam valores monetários e físicos respectivamente. O ponto A representa o equilíbrio em longo prazo, e auferindo lucros máximos.

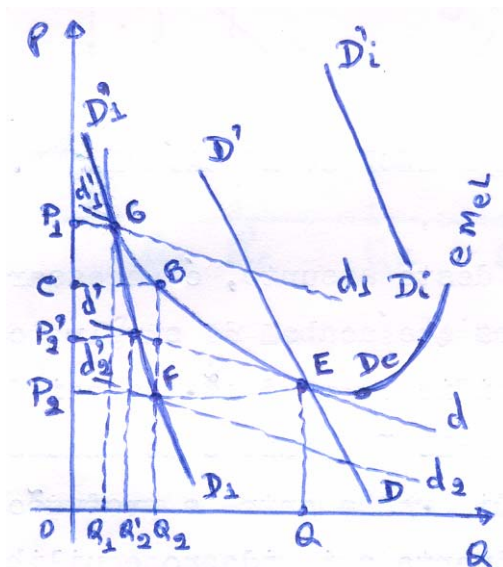
Porém, se um único indivíduo no mercado baixar seu preço, ele espera vender mais passando do ponto A para um outro sobre a curva dd' , mas se foi percebido, e todos baixarem seus preços igualmente, ele vai perder as vendas previstas, porque ele já não vai caminhar sobre dd' , mas sobre DD' .

No equilíbrio, o lucro máximo está em A, sendo o extra-normal a área $P_1 CBA$ ao preço P_1 , na venda da quantidade Q_1 . Na caída do preço, as vendas aumentam incrementando assim os lucros do empresário individual, mas quanto a aumento de preços, não se pode dizer o mesmo, devido ser incoerente, não racional.

Longo-prazo e guerra de preços:

Em um mercado existem muitas outras maneiras de concorrer sem que o preço varie insistentemente. A concorrência geralmente é manipulada pelos preços dos produtos, não resta dúvida de que mesmo ao se fazer uma concorrência extra-preço não se tenha por traz um efeito nos preços de mercado, porque outro tipo qualquer de competição que se faça vai onerar o produto, conseqüentemente uma elevação nos preços desse produto.

O gráfico a seguir demonstra este tipo de análise ao participar de uma competição sem a interferência direta de variação nos preços do produto, e sem uma atuação de forçar o competidor a ir em busca do lucro econômico que o mercado oferece. $D_1 D_1'$ é a demanda inicial do mercado.



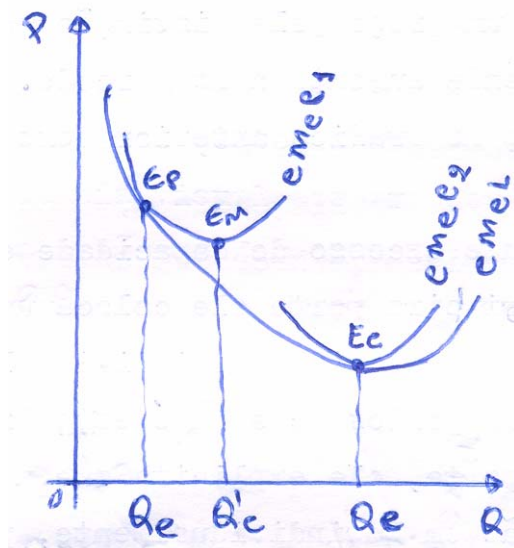
A firma em questão se beneficia de qualquer lucro existente. Se existe livre entrada, novas firmas vão querer participar do lucro econômico. A diferenciação do produto força a um deslocamento da demanda para a esquerda, de forma mais elástica. Com a política dos grupos atuantes dada, dd' se desloca para baixo e sobre $D_1 D_1'$, também mais elástica. Ao preço OP_2' , dada firma incorreria em perdas brutas, mas se estivesse em P_2 , a perda seria reduzida.

Temporariamente se estaria em equilíbrio em F , com vendas de OQ_2 . Em F também se possui uma perda. O abandono de algumas firmas tornaria a demanda $D_1 D_1'$ menos elástica, forçando a mesma a deslocar-se para a direita até DD' . O processo continua até chegar ao equilíbrio em E , onde existiria nenhuma perda de lucro, e não existiria nenhum lucro econômico para o empresário.

Produção ideal e excesso de capacidade:

Para tratar deste assunto, faz-se necessário que se conheçam alguns termos que acabam de surgir, como produção associada ao custo médio mínimo de longo prazo, e de excesso de capacidade que é a diferença entre a produção ideal e a produção realmente atingida no equilíbrio de longo prazo (PINDYCK & RUBENFELD: 2000; p. 472).

O gráfico a seguir mostra esta análise, onde $CMeL$ significa custo médio de longo prazo; e, $CMeC_1$ e $CMeC_2$ são respectivamente os custos médios de curto prazo 1 e 2. No eixo vertical tem-se os valores monetários e no eixo horizontal as quantidades produzidas. O ponto E_p quer dizer o ponto de tangência de custo médio de longo e de curto prazos se bem que o custo médio de longo não corta o custo médio de curto o seu mínimo, porque é



uma das plantas iniciais, ou tamanho pequeno que com o passar do tempo, tem-se uma planificação. A produção ideal está em E_c , porque está no mínimo da curva de custo médio de longo e de curto prazo. O excesso de capacidade fica na diferença entre $Q_c - Q_e$ unidades de produção, sendo capacidade deficiente ou excesso de capacidade negativa.

Do ponto de vista social, a competição monopolística não utiliza todos os recursos da sociedade, por causa simplesmente de um poder monopolístico que a ela

competir, estipulando um preço a cobrar, ser bem maior do que o custo marginal, portanto, praticando uma exploração monopolística sobre o consumidor.

A exploração monopolística tem um argumento muito forte que é a diversificação, e isto faz encarecer o produto, conseqüentemente cobrar um preço pela distinção dos demais, e ter sua venda aumentada no mercado. Chamberlin considera Ep no gráfico anterior como uma espécie de ideal.

Todavia, Cassel (1936 - 37)¹⁰ dividiu o excesso de capacidade em partes, e em uma primeira parte ele coloca uma diferença entre o tamanho social e o individual, isto quer dizer que os pontos Ec e Em caracterizam esta distinção. Em uma segunda parte, ele explicita que a firma que opera no ponto de vista social é melhor em Em do que em Ec, e o excesso de capacidade é QeQc. Portanto, a competição monopolística é uma estrutura de mercado que mais se aproxima da realidade, mesmo sendo casos raros na economia atual.

OLIGOPÓLIO

Um outro caso de mercado mais realista é o oligopólio, visto que nas economias modernas, a estrutura de mercado mais freqüente é a de poucos participantes dominando o mercado, com diferenciação de produto muito forte, interdependência, com algumas vezes guerra-preço, e, quase sempre com guerra extra-preço.

Neste tipo de mercado a ganância e a inveja para a obtenção do lucro maior possível, em detrimento dos participantes do mercado, é uma constante, ao considerar que a eliminação dos riscos e da incerteza devem ser a primeira tônica para a sobrevivência no mercado de produção e venda de um ou alguns produtos.

¹⁰ J. M. Cassels. *Excess Capacity and Monopolistic Competition*. In Quarterly Journal of Economics, vol. LI, 1936-37, pp. 426-43. In: C. E. Ferguson. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 351.

O oligopólio é uma estrutura de mercado caracterizada por um número pequeno de firmas, com alto grau de concentração local, ou de poder de mercado. As políticas adotadas pelos oligopolistas são tomadas de acordo com os efeitos sobre os seus rivais, como por exemplo: têm-se as políticas de preço que influem nos lucros e nas vendas dos concorrentes (AWH: 1979; p. 319-320).

Os oligopolistas sabem diante mão que são vistos mutuamente, devido a pouca quantidade de concorrentes existentes em seu entorno. Alguns exemplos de oligopólios são observados na Indústria Americana de Petróleo, pois oito firmas respondem por 60% da capacidade de refino da indústria.

Alguns exemplos mais comuns nos Estados Unidos são a Indústria Automobilística, formada por três firmas: *General Motors*, *Ford* e *Chrisler* que atuam em plena liberdade na dominação do mercado, visto que nenhuma firma que seja potente ameaça este império.

Ainda mais, a maior parte da indústria de equipamentos elétricos é dominada pela *General Eletric* e pela *Westing house*. A Indústria de latas para conservas é controlada por duas firmas: *American Can* e *Continental Can*, e isto caracteriza um oligopólio dentro da estrutura de mercado.

Uma rede oligopolista não apenas é formada por grandes firmas, mas também pode ser composta por pequenas firmas, como se ver nas cidades poucas mercearias explorando o mercado mesmo sendo pequenos estabelecimentos relacionados com as grandes firmas dominantes, ou os altos negócios, pois ambos constituem oligopólios.

O oligopólio tem algumas razões de ser, e uma das quais é a economia de escala tendencial, ou vantagens adquiridas pela grande produção (LOOTTY e SZAPIRO: 2002; pp. 54 - 58)¹¹. Ao se ter que operar com os custos baixos, isto só é possível, ao existir produção padronizada, que tende a concentração mercadológica em uma média de 70% da produção total do mercado nas mãos de poucos industriais.

¹¹ KUPFER, David e HASENCLEVER, Lia. *Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2002.

As economias de escala são encaradas também pelo lado das vendas com as promoções de venda, e normalmente pela produção disponível, constituindo assim, mais uma fonte de oligopólio. Por outro lado, a entrada livre na indústria, para o caso de oligopólio também pode existir.

A indústria oligopolista pode ser classificada de várias maneiras: o oligopólio puro e o oligopólio diferenciado (LABINI: 1980; p 46). Para o primeiro caso, pode-se definir como uma firma produzindo produto homogêneo como o cimento ou o aço. No segundo caso, tem-se uma produção de produtos diferenciados. E, por fim, tem-se uma firma oligopolista caracterizada por conluio ou ação independentes, formando em sua maioria os famosos cartéis.

Oligopólio versão clássica:

A questão do oligopólio surgiu pela primeira vez, com um trabalho analisando um caso específico de duopólio, feito pelo cientista francês *Augustin Cournot* (1838)¹², onde ele coloca o problema de uma fonte de água mineral, cujo trabalho foi publicado por volta de 1838. *Cournot* faz referência a duas fontes de água mineral de propriedades diferentes.

Poucas crenças têm-se dado ao caso dos duopólios, exceto nos casos da teoria dos jogos, e de *Hotelling*. Dado esse desprezo ao problema, do duopólio, *Machlup* (1952)¹³ faz o seguinte comentário:

a familiaridade com os modelos clássicos tem-se tornado um requisito de um teórico em economia, mesmo se isso o ajude mais na compreensão da linguagem tradicional do que na análise dos problemas reais.

¹² Augustin Cournot. *Recherches sur les Principes Mathématiques de la Théorie des Richesses*. Paris 1838. Traduzido para o inglês por Nathaniel T. Bacon sob o nome de *Researches into the Mathematical Principles of the Theory of Wealth*, Nova York, MacMillan & Company, 1897, reeditado em 1927. In: C. E. Ferguson. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 351.

¹³ Fritz Machlup. *The Economics of Sellers Competition*. Baltimore, Johns Hopkins Press, 1952, p. 369. In: C. E. Ferguson. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 351.

Isto tem uma razão de ser, visto que as explicações do complexo mercadológico, parte das simulações mais simples para se verificarem as interrelações que existem no processo como um todo.

A hipótese fundamental adotada por *Cournot* é aquela que diz que o empresário espera que seu rival nunca mude sua produção. Um comerciante B no mercado, sempre espera que um outro A venda as suas OQ' quantidades. A situação CQ é vista para B como a parte que lhe é cabível para demanda, e assim ninguém toma o mercado do companheiro, mas sim ajuda a suprir as deficiências do mercado.

Ainda nos modelos clássicos, existe o de *Edgeworth* (1897)¹⁴, onde ele faz uma simulação com duas empresas homogêneas, e o custo marginal é zero. A análise deste modelo é semelhante ao modelo de *Cournot*; porém, com ligeira diferença, a ponto de que o modelo de *Edgeworth* ter mais precisão do que o de *Cournot*, como frisa *Hotelling*, se bem que este não prefere nenhum, e condena os dois paradigmas.

Por fim, a teoria dos jogos, apresenta como um instrumento bastante valioso para os estudos do oligopólio. A teoria dos jogos surgiu com o trabalho de *John Von Neumann* e *Oscar Morgenstern* (1953)¹⁵. Este modelo pretende mostrar as regras do jogo no negócio, onde cada tipo de atividade possui as suas regras para a sua eficiência direcionada para o sucesso da atividade.

Os conglomerados:

Com os duopólios, pode-se ver que as indústrias ao se tornarem muito grandes elas geralmente procuram se reunir de tal modo a tomar o mercado, e ter sua produção a mais vantajosa possível. Os conglomerados surgem simplesmente da acumulação desproporcional entre os atores dominadores da produção, algumas

¹⁴ F. Y. Edgeworth. *La Teoria Pura Del Monopólio*. In Giornali degli Economisti, vol. XV, 1897, pp. 13-31. O artigo foi reeditado no Inglês sob o título *The Theory of Monopoly*, em Edgeworth, *Papers Relating to Political Economy*, Londres, Macmillan & Co., Ltd, 1925, vol. I, pp. 111-42. In: C. E. Ferguson. *Microeconomia*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, p. 351.

vezes formando cartéis, ou conluíus que são exemplos mais claros de oligopólio dos dias de hoje (AWH: 1979; p. 303-306).

Apesar da coincidência de atribuições que competem aos cartéis, ou ao conluio quando ambos são diferentes; um conluio significa uma junção de empresas formando um grupo para determinada exploração, enquanto um cartel é uma combinação de firmas cujo objetivo é limitar a atuação das forças competitivas dentro de um mercado (PINDYCK & RUBINFELD; p. 502).

Um cartel, ou conluio caracteriza-se por um tipo de monopólio; todavia, a história dos monopólios vem de muito longe, atribui-se ao reinado de Isabel I, em 1561 quando foram concedidas concessões de patentes de monopólio no sentido de fomentar as indústrias domésticas.

Com uma olhadela em *Hunt & Shermam*, verifica-se que foi promulgada em 1624, com a intenção de coibir os males dos monopólios, excetuando-se aqueles que envolvessem invenções genuínas, com que a sua efetivamente contribuísse para promover um balanço de pagamentos favorável. Isto mostra que a história dos monopólios é longa, pois os cartéis constituem para tal tipo de mercado.

A formação de cartel ou associações consiste em contratos formais ou não no intuito de dominar o mercado. A fase de formação de associações de empresas está explicitamente constituídas por Hilferding (1910)¹⁶ quando apresenta as seguintes distinções:

- a) *la diferenciación entre asociaciones homogéneas y combinadas se refiere a la particularidad técnica de unión;*
- b) *la diferenciación entre asociaciones parciales y monopolistas se basa en su posición diferente en el mercado, en que dominen los precios o en que, por el contrario sean dominado por ellos y;*

¹⁵ John Von Neumann e Oskar Morgenstern. *Theory of Games and Economic Behavior*. Princeton, N. J., Princeton University Press, 1953.

¹⁶ Rudolf Hilferdin. *O Capital Financeiro*. São Paulo, Nova Cultura, Abril Cultura, 1985.

c) *la diferenciación entre comunidad de intereses y fusion se basa en la diversidad de la organización formal.*

Estes são pontos importantes na formação de associações existentes, dependendo simplesmente do tipo de meta a que se pretende o grupo no processo de sobrevivência no mercado.

Os cartéis já tiveram sua glória, onde não havia a intervenção da justiça contra a sua atuação, até que a lei anti-truste veio, e acabou nos Estados Unidos a atuação aberta desse tipo de associação, surgindo assim uma outra forma de existência de aglomeração, que é em forma de coalizão secreta; porém, ainda em várias partes do mundo os cartéis podem atuar em forma de coalizão aberta (ZOBER: 1971; pp. 441-478).

A lei anti-truste, ou lei *Sherman* de 1890 que tenta acabar com os monopólios ou abuso à economia popular, tem dois artigos fundamentais que diz o seguinte¹⁷:

Art.1º - qualquer contrato, combinação sob a forma de truste, ou qualquer outra modalidade, ou conspiração, ou restrição de negócio ou comércio entre os diversos Estados ou com Nações estrangeiras, é aqui declarada ilegal...

Art.2º - qualquer pessoa que monopolize, ou tente monopolizar, ou combine ou conspire com qualquer outra parte do comércio ou negócios entre os diversos Estados, ou com Nações estrangeiras, será considerada culpada de contravenção...

Estes dois artigos da lei da Comissão Federal do Comércio e Lei Anti-truste Clayton, restabeleceram em 1914 a proibição total a qualquer associação aberta ou secreta que venha de encontro para com a economia popular.

Os objetivos principais dos cartéis estão voltados unicamente por um poder monopolístico de dominação, onde compete aos cartéis a fixação de preços e a divisão do mercado, estabelecendo para o segundo caso um poder de monopólio em

¹⁷ Martin Zober. *Administração Mercadológica*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1971, p. 445.

um sentido regional (PINDYCK & RUBINFELD: 2000; pp. 368-371), e isto se verifica pela atuação de certos produtos em uma nação ou região, fechando a entrada de outros por um contato de divisão geográfica pelos componentes do cartel, como por exemplo a *Du Pont* e a *Imperial Chemicals*, que dividiram o mercado da América do Norte e central, e a última o Império Britânico e o Egito.

O processo de determinação de preço e quantidade do cartel é o mesmo como no caso anterior ao conseguir a igualdade do custo marginal com a receita marginal, sendo que o custo marginal do cartel é a soma das curvas de custo marginal de todos os componentes da associação.

Atuação de Cartel versus truste:

Os cartéis como foram definidos, nada mais é do que *um esquema de combinação entre firmas, visando a limitar a concorrência*, nas palavras de Awh (1979)¹⁸. Esta definição de cartel denota a preocupação em manter a posição de monopólio no mercado a qualquer custo, e isto é feito quando essas empresas se juntam, dividindo mercado, estipulando preços e impedindo que outras empresas participem da negociação mercadológica, diminuindo os lucros do cartel.

Por outro lado, os trustes trazem uma pequena diferença, de vez que consiste na fusão de várias companhias, transferindo aos acionistas de uma empresa maior, todas as ações de cada empresa menor, sem direito a voz e a voto, apenas os antigos donos passam a ser funcionários da empresa *mater*. Todas as ações da empresa são dirigidas por uma direção central que controla todos os rumos da companhia como um todo.

Os cartéis praticam a alocação de suas vendas de duas maneiras: a) procurando vender mais utilizando a concorrência extra-preço, para o caso dos cartéis livres; e, b) pela deliberação de cotas ao se colocar o caso da divisão

¹⁸ Robert Y Awh. *Microeconomia: teoria e aplicações*. Rio de Janeiro. Livros Técnicos e Científicos, 1979, p. 314.

geográfica de mercado; pois, estas estratégias são muito utilizadas no dia a dia de quem almeja sobreviver ao processo de competição predatório (WHYNES & BOWLES: 1982; p. 32).

Para a concorrência extra-preço, fixa-se um preço e permite que se venda qualquer quantidade; porém, a única objeção é a de que as firmas não possam baixar o preço aquém ao do cartel. Alguns exemplos deste tipo de cartel é o mercado de pacientes hospitalares, mercado de cortes de cabelos, entrada em cinema, comércio varejista, e algumas outras formas de interação comercial.

Dominação do cartel:

Os cartéis ao serem formados, passam por momentos bons e momentos maus, isto significa dizer as crises, devido à inquietude dos seus instantes de vida e a instabilidade de seus componentes associados.

Entretanto, verifica-se que quanto maior for o espaço geográfico, maior será a diferenciação, maior será o número de trapaças, justificando a existência dos cartéis.

A vida dos cartéis é curta e cheia de perturbações, porque aí está uma reunião de grandes firmas, no caso mais comum, e isto leva a quebra por algum membro, visto que ele pode aumentar suas vendas e seus lucros, se ele fizer mudar seu preço ao seu modo, procurando evitar que os outros saibam tal façanha, a quebra do contrato está feita, conseqüentemente a falência do cartel.

O preço em oligopólio:

Existem duas maneiras de determinação de preço, conseqüentemente sua determinação no mercado, em um sistema oligopolístico: a primeira é dada pela empresa barométrica, e a segunda é pela empresa dominante, não estritamente pela planilha de custos industriais (SCHERER: 1979; pp. 62-72).

A liderança preço pela empresa barométrica, faz-se não pela firma mais poderosa, mas sim pela empresa líder, isto quer dizer, uma empresa anuncia uma mudança no preço de forma conluiada, e as menores a seguem sem restrição.

Para a firma dominante, esta anuncia um aumento no preço de acordo com suas conveniências, e força as empresas associadas ao cartel a seguirem essa determinação, e aí está uma ordem de dominação e não de liderança como no caso anterior (LABINI: 1980; pp. 109-112).

Bem-estar no oligopólio:

Em uma estrutura oligopolista, envolve-se um pouco de monopólio de maneira indireta, e isto faz com que os preços tenham um certo grau de liberdade para o grupo dominante no mercado. No longo prazo, não existe nada que garanta uma produção efetiva ao custo médio mínimo, onde o sistema de competição perfeita estaria atuando.

O oligopolista também deseja gananciosamente o lucro máximo, e o faz onde o preço for maior do que o custo marginal; pois, como corolário o custo médio de curto prazo e de longo prazo serão iguais.

O bem-estar (well-faire) social e econômico é a meta fundamental de toda uma comunidade que trabalha por uma melhoria de renda, e uma melhor distribuição dos recursos da sociedade, para que a produção seja satisfatória e ao menor custo de dispêndio pelo consumidor na sua obtenção para a satisfação de seus desejos.

Desde que o preço seja cobrado acima dos custos médios ou o preço seja maior do que os custos marginais, o bem-estar social e econômico não existe de forma equânime, porque neste sistema sobressai a exploração dos empresários sobre os trabalhadores, ou consumidores.

A competição monopolista e o oligopólio se deparam com uma estrutura econômica e social bem distante da competição perfeita, que é o paradigma ideal na

história da economia; porém, o processo de acumulação e concentração de capital está na estrutura de mercado imperfeito, exacerbando o processo de exploração sobre a humanidade, cujo nível de bem-estar ser uma abstração, sem dúvida alguma sem aplicação a uma realidade.

As desigualdades econômicas e sociais:

O sistema oligopolista é uma forma de mercado concentrador, ao considerar que a formação de pequenos grupos que dominam o mercado procura cada vez mais se eximir de riscos e incertezas que o sistema oferece, daí a busca pela eliminação de competidores fortes que possam aparecer.

Neste contexto, é que aparecem os pequenos, médios, e grandes participantes no mercado, alguns tentando sobreviver, outros dominando, e usurpando a estrutura de produção e comercialização para criarem as suas formas de monopolização e perpetuação no mercado; seja de que maneira for, o que importa é o comando da economia em seu poder monopolístico.

Essa fragmentação da economia favorece a corrupção, a criação de políticas de Estado que direcionem as leis e decretos para assegurarem a atuação dos grandes grupos no comando ao mercado, cujos políticos são financiados pelos cartéis e trustes para proporcionarem melhores formas de exploração sobre os que não possuem defesa para tal fato.

As desigualdades econômicas e sociais (JIMÉNES & CAMPOS: 2002; p. 01-30)¹⁹ têm causado os grandes desajustes que a humanidade vem sofrendo nos últimos anos, tendo em vista que, os que pensam um pouco à frente quanto ao processo de comercialização, descobriram os *nichos* mercadológicos de como melhor atuar para conseguirem açambarcar os poucos recursos dos consumidores ávidos pelo consumismo.

Inegavelmente, os consumidores estão como se estivessem em uma estrutura de competição perfeita, cujo poder de interferir no processo de condução no mercado é mínimo, daí os empresários manipularem a parte psíquica dos atores sociais consumidores em termos de vaidade, de orgulho, e de ganância, em que o ter mais, alimenta o poder concentrador dos industriais.

A divisão da sociedade em classes, ou estamentos sociais, em pequenos, médios e grandes grupos de renda, fez com que fomentasse cada vez mais a parte emotiva do ser humano, quanto a querer sobressair frente aos demais, e isto se configura no consumismo proposital que existe na atualidade (MATTAR: 1994; p. 16)²⁰.

A forma como a sociedade está encaminhando no mundo moderno fica muito difícil uma organização que proporcione igualdade para todos os seres humanos, pois o máximo que pode acontecer é uma equidade assegurada pelo Estado em sua forma de atuação de organização social.

Não se tem no século XXI trabalhado a questão de como as pessoas se desarmarem quanto a diferenciação egoísta que os seres possuem frente às relações sociais em que estão submetidos, daí a alimentação à guerra, aos desajustes sociais não somente intersocietal, mas entre países que almejam dominarem os outros de menor poder de combate.

Portanto, devem-se procurar formas de como dirimir, pelo menos, as intransigências que os seres humanos têm uns para com os outros, em busca de ser sempre o maior em detrimento do que está ao seu lado, que é também participante da construção do planeta e dos mundos vibracionais que o cercam para o avanço da sociedade como um todo.

¹⁹ Juan Luiz JIMÉNEZ e Javier CAMPOS. *Concentración Agregada e desigualdade entre Empresas: una comparación internacional*. Documentos de Trabajo en Análisis Económico, noviembre 26, vol. 2 número 2, 2002. <http://eawp.economistascoruna.org/archives/vol2n2/>.

²⁰ Fauze Najib MATTAR. Estratificação sócioeconômica e pesquisas de mercado. Anais do 18º ENENPAD, Revista Mercado Global, 4º Trim 94/nº 96. 1994.

Regulação do oligopólio:

O oligopólio surgiu do processo de acumulação desigual que tem proporcionado a alguns, facilidades econômicas e financeiras, enquanto a outros averso ao risco e sem estímulo estatal não conseguem acompanhar os avanços que a sociedade tem conseguido nos últimos anos.

Com este prisma, a competição imperfeita tem conseguido uma posição cada vez mais forte na economia moderna, visto que alguns atores sociais aproveitam de sua posição neste contexto, e conseguem economias de escala suficientes para criar poder de monopólio no mercado, cujo estado deve criar situações que eliminem esta posição sem prejuízo para a economia.

Como já demonstrado, os oligopólios lançam ao mercado quantidades de produtos a um nível bem abaixo, ou menor do que em uma estrutura de competição perfeita, atribuído a gastos com propagandas e promoções, como justificativa a preços serem maiores do que os custos marginais, que alimentam a ganância e a corrupção; todavia, as autoridades governamentais devem estimular a produção geral para eliminar este intervalo, tanto de preço como de produção em falta.

Dentro desta perspectiva, surge naturalmente a questão do desemprego estrutural, que é um problema que o oligopólio provoca dentro da economia que reflete em outros setores de fundamental importância para o sistema, pois os impostos, ou incentivos e/ou subsídios podem dirimir este *despilfarro técnico e político* que aparece no sistema econômico.

Inegavelmente os desajustes sociais e econômicos geram a inflação, que se apresenta como aumento persistente de preços com desajustes econômicos, mas a desregulação dos preços se dá devido às desigualdades econômicas e sociais que se apresentam na economia, e na sociedade como um todo, causado por egoísmo, ganância, e outras formas de mostrar superioridade dos seres humanos de uns sobre

os outros; entretanto a interferência do Estado é de capital importância na eliminação desses diferenciais.

Os oligopólios fomentam ao aparecimento de pequenos, médios e grandes instituições empresariais, obviamente com níveis de investimento desigual, que culminam com a falta de equidade para investidores, cujo diferencial entre os investidores aumenta cada vez mais de forma exorbitante e maléfica para a economia.

A criação de pequena, média e grande empresa, faz surgir de forma natural alguns pontos que fazem mexer com o *ego* do ser humano, isto significa dizer, o egoísmo, a ganância, a vaidade, o orgulho, que faz incrementar em cada ator social uma posição de vanguarda, de líder, de todo poderoso que cria psicologicamente os que ficam aos seus pés, como um novo tipo de escravo na modernidade.

As diferenças que estão no meio dos seres humanos são alimentadas pela mídia em forma de posição social, de *status* social, de prestígio, em forma de classe média, rica e pobre; entretanto, o egoísmo, a ganância, o orgulho, a vaidade, faz aumentar o roubo, o furtos, as corrupções, os seqüestros para fortalecer uma posição que o esforço pessoal não conseguiu, como fruto de seu próprio trabalho.

A economia deve conseguir ganhos de escala, e até gerar economias externas que são os ganhos na economia para o progresso de todos indistintamente, de acordo com a produtividade marginal de cada participante, porém sem gerar diferenças que criem acumulações adversas na sociedade como um todo.

Portanto, a economia deve ser ajustada de forma indistintamente, cuja evolução das relações econômicas e sociais não devem aparecer em detrimento dos que não têm possibilidades de reação frente aos que não conseguiram uma posição social, pois como reflexo aparecem as patologias sociais freqüentes no mundo moderno, ao aumentar as diferenças entre os seres humanos.

CAPÍTULO III: A INTERVENÇÃO

A competição perfeita é um sistema que atua da forma mais democrática possível, visto que é mantida a liberdade de todos igualmente, entretanto, traz algumas limitações que é a possibilidade de concentração e centralização de poder quando a tendência de evolução dos mercados não conseguir que todos tenham igual participação.

Com repetidas crises que foram ocorrendo, devido aos ganhos de escala que foram direcionados para poucos mais aquinhoados dentro do processo mercadológico, é que se necessitou da participação do Estado como agente regulador no sistema econômico, daí o Estado utilizar técnicas que assegurem a atuação de atores sociais na comercialização da forma menos injusta possível.

A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO

Em decorrência das falhas de mercado, os desajustes econômicos e sociais, é que aparece a atuação do Estado que sempre esteve presente na economia, porém não tinha uma atuação mais direta e impositiva quanto ao comandar a economia, ao nível dela ser direcionada de acordo com as pretensões do planejamento determinado pelos burocratas do governo para o bem comum da sociedade.

Em um sistema de mercado que esteja em competição perfeita, especificamente neste tipo de mercado, a participação do Estado atuado de forma direta é mínima, por conta das hipóteses formuladas para caracterizarem uma estrutura de mercado que funcione dentro dos princípios que norteiam uma relação social com um grande número de produtores/vendedores e consumidores na busca da satisfação das necessidades humanas.

As discussões quanto a uma presença do Estado na economia sempre foram evidentes, devido o progresso da humanidade iniciar um processo de crescimento desajustado no sistema econômica com repercussões na sociedade de forma muito premente e objetiva, ao poder dizer até catastróficas.

Em MUSGRAVE, em seu livro *Teoria das Finanças Públicas*, quanto a eficácia da atuação dos mercados, observa-se com grande objetividade que

[...] a dificuldade é decidir qual deve ser a distribuição ótima. É evidente que essa decisão não pode ser tomada por um processo de mercado, já que a natureza da troca pressupõe a propriedade das coisas que vão ser trocadas. É preciso um processo político de decisão e, para que ele possa funcionar, tem de haver alguma atribuição de pesos no processo político. Tem de haver uma distribuição de direitos de voto (MUSGRAVE: 1974; p. 42).

Com isto, tem-se claro que um Estado liberal cria uma série de complicadores que dificultam a otimização dos condicionantes da sociedade e da economia.

Para tanto, explicita de forma objetiva SWEEZY (1978)²¹ sobre a intervenção do Estado na sociedade e na economia como de fundamental importância, visto que

há uma tendência da parte dos teóricos liberais modernos de interpretar o Estado como uma instituição estabelecida no interesse da sociedade como um todo, com a finalidade de medir e reconciliar os antagonismos a que a existência social inevitavelmente dá origem.

Isto expressa de forma objetiva que as contradições fundamentais em um sistema sócio-econômico, ou as divergências entre patrão e trabalhador devem ser dirimidas, ou pelo menos atenuadas pelo Estado como mediador imparcial de interesses.

A presença de Keynes foi fundamental quanto à atuação do Estado de forma mais efetiva e severa, pois a formação de cartéis, de trustes, dos *big corporations* exige que as autoridades econômicas delimitem a maneira como essas instituições

²¹ SWEEZY, Paul. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, ZAHAR Editores, 1973, p. 270

atuam, de forma que não prejudiquem de maneira deliberada seus competidores e consumidores.

As formas de atuação do Estado são de que algumas vezes faz-se necessário incentivar a presença de empresas que dinamizem algum tipo de região; por outro lado, a presença forte de poucas instituições dominando um mercado, necessita-se de um tipo de imposto qualquer para que os menores também possam ter a sua presença (MUSGRAVE: 1974; pp. 68 - 72).

A grande empresa com uma política monopolista, que é predatória, em detrimento da grande participação no mercado de um grupo constituído de pequenos e médios empresários que não tem condições de uma competição *tête-a-tête* com aqueles que detém o poder em uma atuação mercadológica livre de concorrência mais direta é ineficaz e absurda.

Como é notório, algumas regiões em determinados países necessitam de algum incentivo para que se possam dinamizar a produção e a comercialização local quanto a produtos que naquela ambiente não se produz, pois somente a presença de um órgão descentralizador deste tipo de concentração faz com que se possa democratizar a participação dos atores sociais nesta área.

Portanto, os oligopólios e os competidores monopolistas que tendem sempre a adquirir um poder de mercado precisam da presença do Estado quanto à ordenação dos atores sociais, quanto ao processo de exploração que uns possam exercer sobre outros que atuam no mercado, ou como consumidor, ou como produtor/vendedor que almejam a sua sobrevivência no processo de negociação.

Estado liberal:

A economia tradicional tem um ponto de vista clássico de ver como os mercados funcionam, isto significa dizer, imbuído no pensamento de Smith, de Ricardo, de Malthus, e alguns outros cientistas do século XVIII que tinham uma

convicção de um mercado livre, cujos determinantes fundamentais era a liberdade de todos os participantes, talvez na época fossem a tônica.

O mercado liberal tem como paradigma o funcionamento das feiras livres, onde produtores e vendedores se encontravam com seus produtos, e negociavam o preço e a quantidade que seria vendida ao seu pretendente, mas uma relação social que envolve diretamente os que possuem recursos monetários, e os que têm produtos disponíveis para a venda a quem necessitasse (HUBERMAN: 1978; p. 31).

A participação de um estado liberal diz respeito a uma situação de *laissez faire*, em conjunto com o hedonismo, isto significa dizer que cada um faça a sua parte que o mercado em seu conjunto faz o seu, sem prejudicar a quem quer que seja, é como se fosse uma mão invisível atuando para que tudo se ajuste, ou se acomode de forma natural.

O Estado liberal espera que as coisas se modifiquem sem uma intervenção individual, ou de grupo, e ao mesmo tempo se ajustem de tal forma que as coisas se relacionem de forma natural, sem que o Estado tenha a sua intromissão direta no processo de produção, como também no consumo, visto que as liberdades individuais devem ser respeitadas para que tudo se acomode de forma comum e simples.

Uma estrutura de mercado pautada no liberalismo, ou como é conhecido na atualidade de neoliberal, tem algumas vantagens, assim como também desvantagens, pois como as vantagens, verifica-se a questão do respeito ao ser como ator social, e para as desvantagens, observa-se a possibilidade da tendência à concentração e centralização nas mãos de poucos, os oligopólios, os desajustes sociais.

Finalmente, enquanto existirem muitos produtores e compradores no mercado a possibilidade de que as leis econômicas funcionem é muito evidente, porém, essa abstração foi se transformando com as acumulações pessoais, cuja realidade se transformou em desigualdades, a intervenção de um governo ficou cada vez mais clara, com tendência a uma ditadura das leis sobre o povo (LINDBLON: 1979; p. 59-61).

Estado ditatorial:

Por outro lado, alguns outros cientistas pensam de forma totalmente oposta, isto é, o mercado deve ser orientado de acordo com um planejamento governamental, e todos devem seguir fielmente para que não apareçam de forma persistentes os ganhos exploratórios de alguns poucos que almejem tirar proveitos das relações sociais.

Um estado ditatorial é aquele que todas as condições mercadológicas são ditadas pelos órgãos de planejamento do Estado, sem a participação organizativa dos atores sociais que sabem o que é bom ou é ruim para os seus desejos, de tal modo que as relações sociais não exercem algum efeito sobre o ajustamento econômico que o sistema necessita (WHYNES & BOWLES: 1982; p. 33).

Este sistema oferece ganhos e perdas incalculáveis, visto que, de um lado os desajustes sociais são mínimos diante de um campo muito grande de incerteza e insegurança que um mercado livre lhe impõe; por outro, o progresso tecnológico não acelera uma competitividade que direciona a um rápido processo de acumulação de capital, para um crescimento de acordo com as condições reais da sociedade.

Um estado que organiza a produção e o consumo em uma determinada sociedade, em forma de planejamento das necessidades que a população precisa para o seu consumo, prescinde da aplicação de incentivos, e da disponibilidade de subsídios, por um lado, isto significa dizer, é a colocação de impostos diretos e/ou indiretos na produção e no consumo para que as desigualdades não sejam implementadas dentro de uma economia desigual (REZENDE: 1979; p. 25).

Mesmo um estado ditador não significa que ele esteja fechado para o resto do mundo, pois um país produz as suas necessidades internas, mas algumas outras coisas devem ser importadas, ou exportadas para completar o que falta internamente, ou no exterior, daí uma relação com o mercado internacional que também está sob as

ordens de respeito à soberania aos governos outros, pois cada um deve proteger as suas fronteiras.

Deste modo, a intervenção no Estado sempre é fundamental por conta das transformações que o mundo tem passado que culminaram com a formação de oligopólios, multinacionais, transnacionais, *big corporations*, ou qualquer uma outra forma de concentração que prejudica os consumidores, e os que não têm poder de participação no mercado.

Estado Misto:

No mundo moderno o que prevalece é um Estado misto, isto significa dizer obedece de uma forma geral ao princípio liberal, ou neoliberal, e ao mesmo tempo tem o seu ponto de atuação ditatorial, ou intervenção forte quanto à tendência unilateral para um grupo em particular que exerce o seu poder de mercado.

A concorrência monopolística e os oligopólios são formas de monopólios que tem um certo poder de mercado como um agente particular que não deve proceder de tal forma, porém o faz por conta de insegurança e riscos que as relações sociais oferecem aos participantes, e quanto menos perturbadores existam na atuação mercadológica melhor.

Principalmente o oligopólio que por si só já é concentrador, por conta de seu processo de acumulação que exerce ao longo dos tempos, e poucos competidores participando do mercado ao dividir mercado e estabelecer preços cobrados dentro de sua área de ação, conseqüentemente explorando ao seu bel-prazer os consumidores que estão em competição perfeita (REZENDE: 1979; p. 48).

Todavia, é justamente na hora de dominação de pequenos grupos explorando de forma predatória o mercado, ou tendendo a fazê-lo, que intervém o Estado, com vistas a dirimir as desregularidades existentes na economia, e por extensão na sociedade como um todo que necessita de uma certa liberdade vigiada.

A atuação de um Estado que trabalha de forma mista, isto significa dizer, utilizar-se do princípio do *laissez faire*, ou hedonismo de forma vigiada para que não haja o exagero por alguns atores sociais que primam por tirar vantagens em tudo que faz em sua atuação mercadológica, e não se pode deixar que isto aconteça de forma desordenada (WHYNES & BOWLES: 1982; p. 120).

Assim, em todos os recantos do mundo o que prevalece é uma economia ou atuação estatal de forma mista, pois não existe o capitalismo puro, nem tão pouco o socialismo como foi pregado pelos utópicos pensadores do século XIX, e imaginado pelos idealistas da modernidade, daí a importância do neoliberalismo com a presença do Estado em todos os pontos da sociedade, e da economia como um todo.

Estado versus mercado:

O estado regulador tradicional é o liberal, ou neoliberal como os pensadores da economia denominam na atualidade, visto que funciona dentro do ponto de vista do *laissez faire*, da liberdade individual, ou a mão invisível de Adam Smith, dado que as relações sociais devem se ajustar as atividades econômicas e sociais de forma natural e simples, tal como foi até o século XVIII dos iluministas, e dos clássicos da economia.

Este tipo de estado, ou mercado regula o preço dentro da lei da oferta e demanda de forma natural, e todos se adaptam de forma simples, sem uma intervenção direta de alguém, um ditador, mesmo quem não se queira direcionar o processo de produção para qualquer tendência, de acordo com a evolução da humanidade.

Entretanto, a liberdade que todos têm, faz com que alguém tire proveito de alguma descoberta pessoal, daí iniciar-se o processo de acumulação individual ou de grupo, já direcionada para a quebra do elo da igualdade entre todos, cuja fortuna já se concentra nas mãos de poucos, para dar um ponta-pé na dinâmica de desigualdade econômica e social entre os seres humanos.

A formação das desigualdades propaladas fomenta a questão psico-social entre os seres pensantes, com a exacerbação da ganância, do orgulho pessoal, da vaidade de ter o poder, e uma série de outras enfermidades psicológicas que é o maior mal do século atual, e que vem de longas datas, em que a economia e a sociologia não têm pensado como eliminar esses pontos que são fundamentais no desenvolvimento igualitário entre todos.

Sem dúvida, as desigualdades psico-sociais estão também na formação de pequenas, médias, e grandes instituições empresariais, com a criação dos segmentos sociais que contém os agrupamentos formados por ricos, e os por pobres, cuja guerra é secular, difícil de solução no curto prazo, ao pode dizer até no médio prazo, por que passa pelo processo de conscientização da humanidade, que não é uma variável manipulável por um cientista qualquer, nem tão pouco por um ditador, por mais esperto que seja.

Neste sentido, é que apareceram os oligopólios, as oligarquias, os ricos e os pobres, as corrupções, os desmandos, os seqüestros, tudo aquilo que cria o poder de uns sobre os outros, mesmo que seja de forma superficial e psicológico, elastecendo-se o diferencial entre os que muito têm, e os que nada possuem, ao viverem na miséria absoluta em seu *habitat* natural, que participaram de seu processo de construção, para serem usurpados por quem nada contribuiu eficazmente.

As desigualdades existentes na sociedade moderna possuem a convivência de algumas Instituições que ao invés de apaziguarem esse *status quo*, na melhor das hipóteses, mantém esta situação com as vistas grossas, de tal forma que a fumaça vai se espalhando de forma invisível no seio da sociedade, até ficar incontrolável, pois como consequência, têm-se os conflitos internacionais, as guerras, e os desequilíbrios constantes do mundo moderno.

Portanto, o Estado com *laissez faire*, ao não ser severamente observado em sua dinâmica de atuação, quanto aos exageros no processo de acumulação individual, ou familiar deságua nos intensos conflitos que a sociedade moderna alimenta, com o aumento da prostituição, dos roubos e furtos, da perda de poder de propriedade

natural, e alguma outra maneira de desrespeito ao ser humano como um ser social e político.

O Estado e as Políticas Públicas:

Do ponto de vista da análise de redes ou sistemas, a função essencial de uma estrutura político-administrativa é o termo “incluir ou inserção” a população de cada um dos subsistemas diferenciados da sociedade. Todavia, cabe a seguinte pergunta para este contexto: como incluir aquela população que pela mesma lógica do modelo vigente fica naturalmente excluída?

Esta questão delimita com toda dureza a contradição mais forte do capitalismo, entretanto, o subsistema político-administrativo deve conciliar a desigual alocação da riqueza com uma distribuição igualitária dos direitos civis e políticos. Situação que fica complicada ainda mais si se incorporam os direitos sociais, econômicos e culturais, os quais se relacionam diretamente com os aspectos de designação e equidade.

Os problemas da legitimidade do poder político ligam-se com a impossibilidade de representação, dado que a origem de legitimidade fica na capacidade para representar o todo sistêmico dentro do próprio sistema, isto significa dizer da sociedade dentro das diversas sociedades.

O estado de bem-estar para dar solução a esta impossibilidade demandou às políticas sociais, como seu essencial mecanismo de legitimação. O que foi indicado se justifica si se aceita que a materialização da intervenção do Estado no cotidiano de uma sociedade se dá através das políticas públicas, compreendidas como um conjunto de ações e omissões que manifesta uma determinada modalidade de interferência estatal com o que instigue a atenção, interesse ou mobilização de outros setores da sociedade civil (VACCARISI, GODOY e ROCA: 2001.).

Todavia, os processos de legitimação não se limitam a uma política normativa, enviam a uma complexa relação entre identidade social e estrutura política. Tais processos devem demonstrar eficiência no tratamento particular do social. Neste sentido, a política social funciona como uma condição necessária de legitimidade no estado social, constituindo na prática, uma resposta de grande significado a ditos processos.

Além do mais, faz-se necessário esclarecer que as políticas sociais se originaram para minorar as desigualdades sociais e não para as eliminar, como se havia pensado. Assim, a contradição continuava; entretanto, o capitalismo com esta forma de atuação assegurava, de forma garantida, os mecanismos de acumulação de capital, e ao mesmo tempo, criava estabilidade política ao amalgamar estratégias de socialização positiva com crescimento econômico. Daí se obteve em quatro décadas, um desenvolvimento capitalista sustentado, e uma paz social relativa.

Um dos elementos de desenvolvimento sustentado foi a diferente articulação entre os setores econômicos e o sistema político, na base de uma nova relação entre o capital e o trabalho. Esta sorte de acordo entre essas partes se expressou em um conjunto consistente de políticas públicas com uma orientação alocativa e protetora do setor que envolve o trabalho.

O pacto social entre as classes se viabiliza e concretiza nas instituições consideradas e descobertas pelo estado de bem-estar. Pois, sua intervenção social engloba – de forma geral – um amplo conjunto de políticas públicas que afeta as condições de vida e trabalho das pessoas. Aí inclui não somente a política social, como também trabalhista, demográfica, fiscal, e aqueles aspectos de política econômica que atingem a população, o conjunto dos agentes econômicos. O sujeito-destinatário das políticas sociais é, o cidadão portador de direitos (VACCARISI, GODOY e ROCA: 2001.).

Esta materialização teve como consequência um distanciamento frente à noção liberal de que as forças de mercado se encarregariam de encontrar o equilíbrio

social. Assim mesmo, o predomínio adquirido pela dimensão social no funcionamento da sociedade deixa em descoberto – a nível macro – cujas forças de mercado deixadas livremente aprofundam as desigualdades sociais.

Desta forma, consolida-se uma Matriz Estado Central, o Estado passa a exercer um papel fundamental na regulação das relações sociais, e no funcionamento do mercado, cujo propósito era prever as crises periódicas do capitalismo, assegurar o pleno emprego, prover através de políticas sociais gerais, serviços básicos para os cidadãos, lutar contra a pobreza. Entretanto, supõe-se uma nova forma de ver o aparato estatal, veiculada através da centralização, e uma maior racionalidade administrativa.

Portanto, neste contexto de crescimento econômico, de desenvolvimento e expansão industrial e tecnológica, de expansão do emprego, concretiza-se a sociedade salarial: o emprego assalariado se ajusta com o fator inclusão social por excelência. Aspecto de transcendental importância, dado que na sociedade capitalista industrializada – organizada com base na divisão do trabalho mercantilizado – gerou-se uma equiparação conceitual entre trabalho e emprego. Como consequência, o trabalhador, ter emprego, constituiu-se em um aspecto central da identidade social e cultura dos sujeitos, condição que operava como fonte de direitos e benefícios. A cerca dessa idéia se configuram os sistemas de políticas sociais. O acesso a vários bens e serviços diretamente relacionados com o bem-estar está claramente determinado pela forma de inserção no mercado de trabalho.

CONCLUSÕES

Para se provar que os modelos que alimentam as desigualdades sócio-econômicas de um país partem de paradigmas abstratos, mas vive-se em intensa

desigualdade econômica e social, necessita-se de algumas colocações que são essenciais para a compreensão de como essas coisas acontecem.

Assim, os sistemas de mercado da atualidade são muito diferentes de um modelo bem comportado preconizado pelos teóricos da competição perfeita e do monopólio puro, que são abstratos, visto que hoje se depara com um mundo irregular e imperfeito, sem condições de se fazerem previsões sobre o comportamento de um sistema de mercado, e sem a intromissão aparente do Estado.

Todavia, fica claro que os princípios da competição perfeita e do monopólio puro, não caíram do acaso, ou como se fosse um milagre do sobrenatural, mas decorreram de toda uma experiência e talvez da estruturação de que a economia ocorresse de maneira mais ou menos parecida com estes mercados tradicionais.

A competição perfeita está alicerçada em princípios que não correspondem à realidade atual, pois a livre entrada está bloqueada pelo protecionismo estatal, ou não, à indústria ou produto interno; o pleno conhecimento do mercado é comandado pelo sistema oligopolístico das promoções, propagandas; o produto ser homogêneo é atalhado pelo poder monopolístico das patentes e marcas; e, a existência de muitos vendedores no mercado não existe quando se produzem produtos diferenciados, mas o grande número de consumidores é patente e egoísta.

No outro extremo, está o monopólio puro, coisa impossível de acontecer de forma prática, visto que não se encontra na realidade, um único vendedor no mercado. O que existem são produtores que possuem características que apresentam formato de monopolização, com certo poder de mercado, e até mesmo aparência de que está só no processo mercadológico.

Hoje, com a proliferação dos conglomerados, ou cartéis está cada vez mais dificultada a possibilidade de um monopólio puro, mas continua a existir monopólio na forma de trustes internacionais que não deixam de ser um tipo de monopólio, porém fora de conceituação tradicional. Isto não tira o valor intelectual dos estudos monopolísticos dos cientistas do passado.

O mais comum nos mercados modernos é a atuação dos oligopólios com a formação de conglomerados, de clusteres, procurando a todo custo a concentração de poder econômico e político para dominação do comércio, de forma competitiva, ou até mesmo através de corrupção e falcaturas.

Contudo, sabe-se que os oligopólios formam-se pela estruturação inicialmente de seu *mark-up*, pelo poder de concentração via guerra preço, e pela fácil maneira de derrubar os competidores próximos que estão participando do mercado de forma mais ativa e contundente.

O sistema oligopolístico domina facilmente o econômico, e manipula o político a abrir todas as veredas ao bom andamento de seus negócios em todas as partes do mundo, e é neste sentido que é importante o protecionismo, sem exagero, ao mercado interno, salvaguardando o sistema econômico da intromissão dos trustes internacionais.

Com a proliferação dos oligopólios é que surgem as desigualdades sociais e econômicas, cujos atores sociais nunca tiveram condições de um comportamento ajustado à competição perfeita, que é um mercado liberal, hoje neoliberal, cujos consumidores obteriam o verdadeiro bem-estar econômico e social em um determinado país, ou região.

Depois da perda do controle dos atores sociais e econômicos que influenciam no mercado real, os desajustes ficaram sempre comuns, cujas autoridades governamentais não tiveram condições de implementarem políticas que minorassem as desigualdades que perduram na sociedade moderna, tanto de primeiro mundo como de países pobres, ou emergentes, como a América latina e a África.

Além do mais, os movimentos religiosos nunca tiveram a preocupação em orientar os seus seguidores ou fiéis, a uma lida voltada para a sua participação na economia e na sociedade de forma objetiva, isto significa dizer fazendo a sua parte, livrando-se da ganância, da inveja, da vaidade, da usura, e de muitas outras formas que fazem os seres humanos desiguais, portanto desajustados socialmente.

O importante, é que a participação do Estado na economia tente eliminar a possibilidade de que a ganância, que é uma forma de acumulação de capital, com concentração de poder, possa atuar de forma menos egoísta, que é a busca incessante pelo lucro exagerado sobre os demais, cuja inveja não possa ser a tônica a quem trabalha com objetivo de equidade, e democracia política, econômica e social.

Finalmente, justifica-se de forma clara que os modelos abstratos dos tipos como a competição perfeita e o monopólio puro, tal como delineados são paradigmas que norteiam a economia como um todo, mas proporcionam suportes para que as concentrações e centralizações, dentro da acumulação de capital sejam os pontos dominantes em uma estrutura de mercado, que afetam o político, e o social, com as patologias sociais modernas vigentes.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti de. *Micro-economia: Teoria do mercado; teoria do consumidor; e, Economia de empresa*. São Paulo, McGraw-hill, 1987.
- ALLEN, R. G. D. *Mathematical Economics*. Mac Millan & Co Ltd, 1960.
- BARBOSA, Fernando de Holanda. *Microeconomia: Teoria, modelos econométricos e aplicações à economia brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA, 1985.
- BAUMOL, William G. *Economic Theory and Operations Analysis*. Prentice-hall, Inc. Englewood Cliffs, New Jersey, 1971.
- BELTELHEIM, Charles. *A Planificação Socialista da Economia*. Martins Fonseca, São Paulo, 1977.
- BILAS, Richard A. *Teoria Microeconômica*. Forense, Rio de Janeiro, 1975.

- BRENNAN, Michael J. *Teoría de la Economía Estatica*. Prentice-hall International, 1974.
- CHIANG, Alfa. *Fundamental Methods of Mathematical Economics*. 2nd, McGraw-hill Kogakusha, Ltd, 1974.
- FERGUSON, C. E. *Microeconomia*. Forense, Rio de Janeiro, 1976.
- GOMES, Luiz Sousa. *O que devemos conhecer de economia política & finanças*. Rio de Janeiro, FGV, 1977.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto. *Acumulação e Crescimento da Firma: Um estudo de organização industrial*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1982.
- HEILBRONER, Robert L. *Introdução à Micro-economia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.
- HENDERSON, James M. e QUANDT, R. E. *Microeconomic Theory*. McGraw-Hill Book Company, 1958.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar editores. 1976.
- LABINI, Paolo Sylos. *Oligopólio e Progresso Técnico*. São Paulo, Forense Universitária, 1980.
- LEFTWICH, R. H. *O Sistema de Preços e Alocação de Recursos*. Pioneira, Rio de Janeiro, 1974.
- LINDBLOM, Charles E. *Política e Mercados: os sistemas políticos e econômicos do mundo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.
- MANSFIELD, Edwin. *Microeconomia: teorias e aplicações*. Campus, Rio de Janeiro, 1978.
- MANTELL, Leroy H. & SING, Francis P. *Economics for business Decisions*. São Paulo, McGraw-Hill Kogakusha, Ltd. 1972.
- MARSHALL, Alfred. *Princípios de Economia*. Aguilar S/A, 1963.
- MILLER, Roger Leroy. *Microeconomia: teoria, questões e aplicações*. São Paulo, McGraw-hill, 1981.
- OSDCHAYA, Irina. *De Keynes à Síntese Neoclássica*. Prelo, Lisboa, 1977.

- PINDYCK, Robert S. e RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. São Paulo, MAKRON Books, 1999.
- POSSAS, Mário Luiz. *Estruturas de Mercado em Oligopólio*. São Paulo, Editora Hucitec, 1985.
- REZENDE, Fernando. *Finanças Públicas*. São Pulo, ATLAS S/A, 1979.
- STIGLER, George. *Teoria dos Preços*. ATLAS S/A São Paulo, 1972.
- SIMONSEN, M. H. *Teoria Microeconômica*. Vol. 3, FGV, Rio de janeiro, 1969.
- SIMONSEN, M. H. *Teoria Microeconômica*. Vol. 4, FGV, Rio de janeiro, 1969.
- SCHERER, F. M. *Preços Industriais: teoria e evidência*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- TISDELL, Clem. A. *Microeconomia: a teoria da alocação econômica*. ATLAS S/A, 1978.
- VACCARISI, M^a Elizabeth, GODOY, Ana M^a e ROCA, Silvia Andrea. *Pensando a los Sujetos de lãs Políticas Sociales em um Contexto de Crisis*. Argentina, 2001.
- WATSON Donald S. & HOLMAN, Mary A. *Microeconomia*. São Paulo, Edições Saraiva, 1979.
- WHYNES, David K. & BOWLES, Roger A.. *A Teoria Econômica do Estado*. Rio de Janeiro, Zahar editors, 1982.